

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS DE CAPITALIZAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.



Relatório de atividades e contas do ano 2011



Instituto de Gestão de Fundos 

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 3º Dto. (Torre das Antas) | 4350-158 Porto | Tel: 225 082 400 | Fax: 225 082 401 | E-mail: igfcss@seg-social.pt





ÍNDICE

NOTA DO CONSELHO DIRETIVO	3
NÚMEROS CHAVE.....	5
Instituto.....	5
Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social	5
Regime Público de Capitalização	6
Fundo de Certificados de Reforma.....	7
INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS, IP.....	9
Enquadramento Legal.....	9
Visão, Missão e Valores	9
Órgãos Sociais.....	10
Organograma.....	11
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE EM 2011.....	12
Ambiente Macroeconómico	12
Administração no âmbito do Sistema da Segurança Social.....	14
Separação das Contabilidades do IGFCSS e FEFSS	14
CONTAS DO EXERCÍCIO	17
Situação Patrimonial.....	17
Custos de Administração	17
Remuneração dos Órgãos Sociais	18
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO	19
BALANÇO SOCIAL	27
Quadro de colaboradores.....	27
Formação	28
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS.....	29

NOTA DO CONSELHO DIRETIVO

Na sequência da interpretação e recomendação feita pelo Tribunal de Contas no seu relatório nº 29/2010 de auditoria financeira ao Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS), IP, o conselho diretivo apresenta, pela primeira vez, um relatório e **contas individuais** para este organismo público.

Nestes termos, é apresentada a realidade patrimonial do IGFCSS, IP isoladamente face aos fundos nele integrados ou por ele geridos, numa lógica de entidade gestora de fundos conforme a missão que lhe é atribuída na sua lei orgânica publicada pelo Decreto-Lei 216/2007, de 29 de maio.

Nos saldos iniciais a 01.01.2011, considerou-se **património** do IGFCSS, IP o montante correspondente ao imobilizado líquido de amortizações, bem como os saldos de caixa e de depósitos à ordem, que estavam afetos ao funcionamento do Instituto, nos termos do artigo 13º do Decreto-Lei 216/2007, de 29 de maio.

As **receitas** obtidas pelo IGFCSS, IP em 2011 provieram de dotações atribuídas pelo orçamento da segurança social (OSS), através do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)⁽¹⁾ e da prestação do serviço de gestão do Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)⁽²⁾. As dotações atribuídas pelo OSS devem corresponder à imputação dos custos de funcionamento do IGFCSS, IP na proporção do montante médio do FEFSS e ao montante de despesas de investimento incorridas por este no ano económico.

Os **custos** de funcionamento do Instituto⁽³⁾ corresponderam a 0.023% do montante médio de fundos sob gestão durante o ano (0.025% em 2010) e concentraram-se nas rubricas custos com pessoal (56.3%) e fornecimentos de bens e serviços (39.7%), sendo 22.8% referentes a encargos com as instalações (192,092.63) e com terminais de acesso a informação financeira (291,279.47). Esta situação é característica da atividade de gestão de investimentos de fundos, particularmente assente em meios humanos e informacionais.

No ano 2011 o IGFCSS, IP apresenta **resultados líquidos negativos**, no montante de 241,901.71 euros. Esta situação decorre do facto de, durante o presente ano económico, o IGFCSS, IP ter procedido à devolução ao FEFSS de 304,490.08 euros de transferências recebidas em anos anteriores do FEFSS, para funcionamento, que não foram gastos. Estas transferências, nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das ISSS, são registadas como custos. O IGFCSS, IP obteve 54,442.55 euros pela prestação de serviços e 9,379.28 euros de proveitos e ganhos financeiros.

As regras aplicáveis à execução do orçamento da Segurança Social em 2011, as quais abrangem o IGFCSS, IP, foram particularmente exigentes do ponto de vista da tramitação processual necessária à realização de despesas, o que exigiu um esforço de adaptação dos procedimentos internos, tendo, no entanto, **sido possível prosseguir com as atividades correntes** de gestão das carteiras do FEFSS e do FCR, de administração do regime público de capitalização e de gestão pela qualidade com mais uma renovação da certificação à luz da norma EN NP ISO 9001:2008. De entre as atividades específicas constantes do **plano de atividades para 2011** o conselho diretivo colocou um particular enfoque nas relacionadas com recomendações constantes do relatório de auditoria do

¹ Conforme o disposto no n.ºs 1 do artigo 11.º do decreto-lei n.º 216/2007, de 29 de maio, em conjugação com o disposto no n.º 2 do artigo 11.º do anexo à portaria n.º 1273/2004, de 7 de outubro.

² Conforme o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do decreto-lei n.º 216/2007, de 29 de maio, em conjugação com o disposto na alínea e) do artigo 30º do Decreto-Lei 26/2008, de 22 de fevereiro.

³ Excluído o montante da transferência corrente pela devolução de saldos, de 304,490.08 euros.

Tribunal de Contas nº29/2010, com vista ao reforço do sistema de controlo interno e à melhoria da informação de gestão contida nos relatórios anuais.

O IGFCSS, IP iniciou o projeto de integração das suas operações no sistema **SIF** tendo em vista a sua plena utilização a partir de 2012. As operações relativas ao FEFSS necessitarão do desenvolvimento de um *interface* de importação automática de operações do sistema aplicacional de gestão de ativos TRADER para o SIF, atento o significativo número de operações em questão.

Prosseguiram também os trabalhos de preparação das peças documentais relativas ao lançamento de um procedimento concursal para seleção de um prestador de **serviços de custódia** e operações de investimento dos fundos geridos. No final do ano o processo estava num estágio de desenvolvimento que permite a sua submissão a autorização da despesa plurianual.

O instituto viveu ainda um ano marcado pela incerteza relacionada com o **regime aplicável à sua carreira de pessoal**, atendendo à sua especificidade de carreira não revista, tendo havido a necessidade de o conselho diretivo implementar medidas de correção generalizada de situações passadas, com natural impacto sobre os índices de satisfação dos colaboradores.

Apesar do ambiente de forte contenção vivido em 2011, ao nível orçamental e dos recursos humanos e técnicos que continuam a ser insuficientes para o total aproveitamento das possibilidades de diversificação dos investimentos, previstas nos regulamentos dos fundos sob gestão do Instituto, o conselho diretivo considera que, com o empenho dos seus colaboradores, concretizou, em 2011, os princípios da **economia, da eficiência e da eficácia**, pois reduziu os custos de funcionamento do Instituto (-10.6%), reduziu o peso dos custos totais (funcionamento e custódia e liquidação) relativamente aos montantes médios dos fundos sob gestão (0.049% vs 0.055% em 2010), e assegurou a continuidade da atividade do organismo, com o alcance/superação de 6 dos 7 objetivos previstos no QUAR para 2011.

Por último, é de registar que o Decreto-Lei nº 39/2011, de 21 de março, veio consagrar o Instituto como “o *organismo público tecnicamente especializado na atividade de gestão de fundos com horizonte de investimento no médio e longo prazo*” e reconhecê-lo como **instituto de regime especial** ao classificá-lo como instituição de segurança social nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

Porto, 3 de maio de 2011

NÚMEROS CHAVE

Instituto

Os custos totais de funcionamento do IGFCSS, IP⁽⁴⁾ atingiram o valor de 2,121,706.61 euros, o que corresponde a 0.023% do montante médio gerido durante o ano (9,129,237,685.75 euros) ⁽⁵⁾. A estrutura destes custos encontra-se resumida na Tabela 1.

Em 31.12.2011 o IGFCSS, IP tinha ao seu serviço 27 colaboradores.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31-12-2011	31-12-2010
CUSTOS E PERDAS		
Fornecimentos e serviços externos	842,858.72	877,234.44
Custos com pessoal	1,194,901.50	1,395,017.22
Outros custos e perdas operacionais	0.00	8,251.51
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	82,690.80	90,263.80
Custos e perdas financeiras	1,255.59	1,731.67
Custos e perdas extraordinários		
	2,121,706.61	2,372,498.64
Transferências correntes concedidas	304,490.08	0.00
PROVEITOS E GANHOS		
Prestações de serviços	54,442.55	42,624.59
Transferências correntes do OSS via FEFSS	1,916,855.25	2,316,286.80
Proveitos e Ganhos Financeiros	9,379.28	2,403.05
Proveitos e ganhos extraordinários	203,617.90	11,184.20
	2,184,294.98	2,372,498.64
Resultados líquidos	-241,901.71	0.00

Tabela 1 – Demonstração de resultados

No final do ano o Instituto geria 8,892,763,397.34 euros referente a dois Fundos.

Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

A carteira do FEFSS ascendia em 31.12.2011 a 8,872,445,669.69 euros, correspondendo a cerca de 85.71% do gasto anual com pensões⁶ (10.29 meses em relação ao objetivo de 2 anos definido na Lei) e a cerca de 5.1% do Produto Interno Bruto Português⁷.

A carteira do FEFSS desvalorizou 11% em 2011, medida obtida pelo método *time weighted rate of return*. O FEFSS apresentou, em 2011, uma volatilidade de 8.30%, medida pelo desvio padrão anualizado das taxas de

⁴ Excluído o montante da transferência corrente pela devolução de saldos, de 304,490.08 euros.

⁵ Dos quais 9,111,784,455.94 da carteira do FEFSS e 17,453,229.81 da carteira do FCR.

⁶ Dados fornecidos pelo ISS-CNP em Fev-11 referentes ao período: Jan-10 a Dez-10

⁷ Dados divulgados pelo INE referentes ao período: IVºTrim. 2010 ao IIIº Trim. 2011 (Base 2006) - preços correntes

rentabilidade diárias.

Em 2011 o FEFSS recebeu transferências de vendas de imóveis da Segurança Social e excedentes do Orçamento da Segurança Social, totalizando 297,029,793,31 euros.

No final de 2011 os ativos do FEFSS repartiam-se pelas seguintes classes:

	2011		2010	
	valor	%	valor	%
Reserva Estratégica ^{a)}	129,980,879.43	1.46%	209,425,424.73	2.17%
Rendimento Fixo ^{b)}	5,549,761,311.12	62.55%	6,898,388,369.06	71.58%
Europa ex-Reino Unido	4,319,828,633.31	48.69%	5,136,467,633.81	53.29%
EUA	1,083,207,837.98	12.21%	748,201,583.51	7.76%
Japão ^{b)}	0.00	0.00%	838,485,736.01	8.70%
Reino Unido	146,724,839.83	1.65%	175,233,415.73	1.82%
Rendimento Variável ^{a)}	1,446,926,184.05	16.31%	2,239,807,392.98	23.24%
Europa ex-Reino Unido	115,589,672.40	1.30%	319,729,938.60	3.32%
EUA	819,602,302.13	9.24%	1,308,985,426.33	13.58%
Japão	279,305,642.52	3.15%	263,743,916.41	2.74%
Reino Unido	232,428,567.00	2.62%	347,348,111.64	3.60%
Imobiliário	205,349,145.56	2.31%	212,473,212.98	2.20%
Liquidez ^{c)}	1,538,235,564.77	17.34%	76,637,765.80	0.80%
Provisões e Impostos a Receber	2,192,584.76	0.02%	1,216,760.55	0.01%
Total	8,872,445,669.69	100.00%	9,637,948,926.10	100.00%
Por memória:				
Divida Pública Nacional ^{d)}	4,495,630,713.71	50.67%	5,124,613,980.72	53.17%
Futuros sobre obrigações (nocional)	0.00	0.00%	680,661,892.34	7.06%
Futuros sobre acções (nocional)	92,077,138.80	1.04%	358,527,926.25	3.72%

Notas:

a) Inclui o valor nocional dos futuros e as valias potenciais de forwards

b) Inclui juros corridos e as valias potenciais de forwards

c) A percentagem correspondente a liquidez foi já deduzida dos depósitos em margens afectas à réplica de investimentos feitos através de contratos de futuros

d) As emissões de Dívida Garantida mas Não Emitida pelas Administrações Públicas, os Bilhetes do Tesouro Nacional e os CEDIC fazem parte do grupo Dívida Pública Nacional para efeitos de rácios regulamentares

Tabela 2 – Estrutura da carteira por tipos de ativo

Regime Público de Capitalização

Em 31.12.2011 o regime contava com 8 084 aderentes, menos 129 do que em 31.12.2010, o que representa um decréscimo de cerca de 1.6%.

Este decréscimo resulta tanto de características intrínsecas ao produto financeiro subjacente ao Regime, como da atual conjuntura económica do país. Com efeito, visando exclusivamente a poupança para a reforma, o Regime Público de Capitalização constitui uma opção de longo prazo, visando a afetação de poupança especificamente para o complemento da pensão, apenas sendo possível resgatar o valor acumulado no momento da reforma. Trata-se de um instrumento de programação antecipada do rendimento do futuro pensionista, correspondendo à evidência de quanto mais cedo se iniciam as contribuições, menor é o esforço para a aquisição de um plano de rendas vitalícias, por tirar partido do efeito capitalização dos rendimentos ao longo do período contributivo.

Por outro lado, a implementação de medidas de austeridade na sequência do Plano de Ajustamento Económico Financeiro negociado com a União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, condicionou

fortemente o rendimento disponível das famílias e restringiu a sua capacidade de poupança, impacto que se fez sentir no Regime Público de Capitalização, à semelhança do que se verificou com outros instrumentos financeiros de planeamento da reforma.

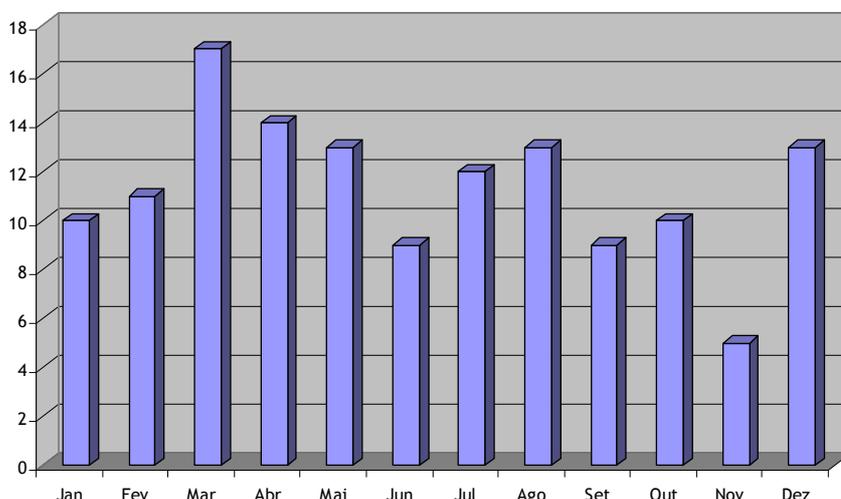


Gráfico 1 - Evolução das adesões 2011

Fundo de Certificados de Reforma

O Fundo de Certificados de Reforma (FCR) destina-se à concretização dos objetivos do Regime Público de Capitalização e contém duas carteiras autónomas, destinadas, respetivamente, à fase de acumulação (FCR-A) e à fase de utilização (FCR-U).

A carteira da fase acumulação destina-se à maximização do valor capitalizado das contribuições dos aderentes. A carteira da fase de utilização só será constituída caso o IGFCSS, IP venha, mais tarde, a internalizar a gestão de planos de rendas vitalícias, o que só sucederá se as condições dos planos de rendas vitalícias disponíveis em cada momento nos mercados financeiros forem consideradas desfavoráveis para os beneficiários do Regime Público de Capitalização.

O valor médio de aquisição de CR em 2011, mediante contribuições constantes, foi de 1.09206 euros. **O aderente que manteve um montante constante de entregas durante os últimos 12 meses, isto é, entre janeiro e dezembro de 2011, obteve uma valorização do seu património de +1.58%.**

O valor de cada unidade de participação era de 1.10165 euros, até à data foram emitidas 18,751,304.46 unidades de participação que estão distribuídas pelos diversos subscritores de acordo com a sua participação mensal.

A rentabilidade líquida do FCR-A em 31 de dezembro de 2011 foi de -1.48%. O FCR-A apresentava um nível de risco de 6.18% (desvio-padrão, anualizado, de rentabilidades semanais). A carteira valia no final de 2011 20,317,727.65 euros.

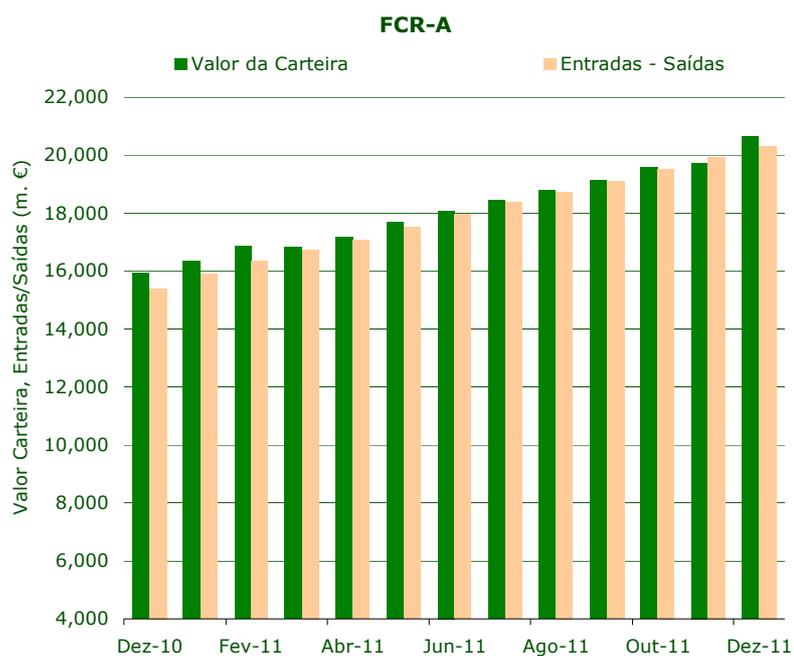


Gráfico 2 – Evolução do montante da carteira do FCR-A

O FCR-A foi criado em abril de 2008 com um montante inicial de subscrições de 328,891.63 euros. A média mensal de subscrições líquidas durante o ano 2011 ascendeu a 410,176.90 euros, cifrando-se num total de 4,922,122.81 euros neste ano. Este valor adicionado às subscrições líquidas dos anos anteriores totaliza o valor de 20,317,727.65 euros desde a criação do Fundo.

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS, IP

Enquadramento Legal

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP) é um instituto público dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto-lei 216/2007 de 29 de maio, alterado pelo Decreto-lei 39/2010, de 21 de março, tutelado pelo Ministro do Trabalho e Solidariedade Social.

Tem como atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização, no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, bem como a Administração do Regime Público de Capitalização e a gestão em regime de capitalização dos fundos que lhe estão subjacentes. Complementarmente, o Instituto poderá prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou de apoio técnico decorrentes da sua experiência de atividade e da informação económico-financeira de que dispõe.

O Decreto-Lei 216/2007 distingue o património do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) do Património do IGFCSS, IP, embora aquele continue integrado neste (nº 3 do artº 1º do Decreto-Lei 216/2007).

O Tribunal de Contas no âmbito de auditoria realizada ao IGFCSS, IP no ano 2009 (relatório de auditoria nº29/2010), veio confirmar a necessidade de separação das demonstrações financeiras do próprio IGFCSS, IP, pelo que 2011 é o primeiro ano em que se apresentam contas individuais para este organismo e para o FEFSS.

O Fundo de Certificados de Reforma (FCR) é um património autónomo destinado à concretização dos objetivos do regime público de capitalização e, como tal, único responsável pelo cumprimento das obrigações dele decorrentes, de acordo com o n.º 2, art. 1 do Regulamento de Gestão do FCR aprovado pela Portaria 212/2008, de 29 de fevereiro (ver relatório e contas do FCR).

Visão, Missão e Valores

Visão

Ser um organismo de elevado valor instrumental para o Estado.

Missão

O Instituto tem como missão maximizar o valor dos ativos sob gestão, de acordo com as necessidades de longo prazo dos clientes.

Valores

O IGFCSS, IP pauta-se, na prossecução dos seus objetivos, por um conjunto de valores basilares de que os colaboradores do Instituto prestam provas diárias:

- » Responsabilidade pública: “somos um instrumento do Estado”.
- » Eficiência: “medir, gerir, criar valor”. Solução de investimento mais eficiente.
- » Resultados: “fazer acontecer”.
- » Gestão do risco: “É nisto que somos especiais!” Preservando a continuidade de negócio, gerimos o risco de mercado a partir de uma opinião própria que integra os horizontes de curto, médio e longo prazo.

Órgãos Sociais

Conselho Diretivo

- » Prof. Dr. Manuel Pedro da Cruz Baganha
Presidente
- » Dr. António Henrique da Silva Cruz
Vice-Presidente
- » Dra. Teresa Maria Silva Fernandes
Vogal

Conselho Consultivo

- » Prof. Dr. Daniel Bessa Fernandes Coelho
Presidente
- » Dr. José Emílio Mendes Pires
em representação da CGTP-IN
- » Dra. Ana Paula Mata Bernardo
em representação da UGT
- » Dr. Pedro d'Almeida Freire
em representação da CCP
- » Dr. João Mendes de Almeida
em representação da CIP
- » Dra. Cristina Isabel Jubert de Nagy Morais
em representação da CAP
- » Dr. Luis Alberti de Varennes e Mendonça
em representação do IGCP
- » Dr. José Augusto Antunes Gaspar
em representação do IGFS

Fiscal Único

Aguarda nomeação.

Organograma



ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE EM 2011

Ambiente Macroeconómico

O ano de 2011 ficará indubitavelmente marcado na história do país pelo esforço de austeridade mais intenso desde o período do Estado Novo em consequência de um pedido de assistência externa a que se associa a necessidade de correção de desequilíbrios macroeconómicos que sucessivamente agravaram as necessidades de financiamento externo da economia. De facto, este que terá sido um ano rico em contradições e conflitos sociopolíticos não trouxe surpresas quando, em 6 de abril, o Primeiro Ministro cessante José Sócrates anunciou ao país o tão receado pedido de resgate financeiro à Comissão Europeia, numa altura em que as taxas de rendimento da dívida pública portuguesa a 10 anos ascendiam a 8.8%. Este pedido deu origem à formalização do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), semelhante aos programas em curso na Grécia e Irlanda, com o Governo a comprometer-se a implementar um conjunto de medidas de ajustamento dos desequilíbrios orçamentais e macroeconómicos de carácter estrutural.

A economia portuguesa terá contraído 1.6% em termos reais no ano de 2011, refletindo principalmente a acentuada degradação das condições recessivas no último trimestre do ano. Este resultado não deixa, contudo, de surpreender positivamente pelo teor menos negativo que as previsões de outros organismos, nomeadamente do Orçamento de Estado 2012 (1.9%). A análise da evolução das componentes na ótica da despesa evidencia claramente as rubricas de procura interna como as principais condutoras do posicionamento recessivo. Desta forma, constatamos que tanto o investimento das empresas como o consumo das famílias foram fortemente contraídas não só pelo ajustamento fiscal em curso mas também pelo incremento das restrições no acesso ao crédito, impedindo a sustentação dos agentes económicos com balanços desequilibrados. Como referido, o ajustamento fiscal deu-se também através da redução da despesa pública, confluindo assim para a redução do seu contributo para o produto. Por fim, destaca-se o papel positivo nas trocas com o exterior, de onde se eleva, em primeiro lugar, o esperado ajustamento dos desequilíbrios externos, originando contração nas importações e, num segundo plano, a aceleração das exportações que, beneficiando de um Euro mais fraco, permitiram acomodar os impactos do ajustamento fiscal no setor de bens transacionáveis.

Componentes PIB (Ótica da Despesa)	Estrutura PIB 2011	Dados Anuais			Dados Trimestrais Homólogos				Contributos médios PIB 2011	Média 1995- 2011
		2009	2010	2011	2011 Q1	2011 Q2	2011 Q3	2011 Q4		
Consumo Privado	66.3%	-2.3	2.1	-3.9	-2.3	-3.3	-3.4	-6.5	-2.6 p.p	2.6
Gastos Públicos	22.6%	4.7	0.9	-3.9	-3.8	-4.5	-1.4	-5.7	-0.9 p.p	2.3
FBCF	19.3%		-4.1	-14.0	-6.1	-12.3	-13.6	-24.3	-2.7 p.p	1.7
Exportações	31.6%	-8.6	8.8	7.4	8.4	8.8	6.7	5.8	4.5 p.p	4.3
Importações	39.8%	-10.9	5.4	-5.5	-1.1	-4.3	-2.7	5.8		4.8
PIB Real	100.00%	-2.9	1.4	-1.6	-0.6	-1.1	-1.9	-2.8	-1.6	2.0
Dif. Crescimento face à ZE		-1.8	-1.2	3.1	-2.9	-2.6	-3.1	3.5		0.6

Fonte: Bloomberg, INE

Tabela 3 – PIB Portugal 2011 por componentes (Ótica da Despesa)

Organismos	2011	2012	2013
Min. Finanças - OE 2012	-1.90%	-2.80%	-
Banco de Portugal	-1.60%	-3.10%	0.30%
FMI	-2.20%	-1.80%	-
OECD	-1.60%	-3.20%	0.50%
Comissão Europeia	-1.90%	-3.00%	1.10%
Mediana Bloomberg	-1.60%	-3.50%	-1.00%
Média	-1.80%	-2.90%	0.23%

Tabela 4 – Previsões de Crescimento do PIB para Portugal 2011/2013

Em consonância, o desemprego em Portugal mostrou uma aceleração em 2011, ascendendo ao nível mais elevado da década (13.6%) atingido em dezembro de 2011. Apesar de se encontrar ainda afastado dos níveis de países como a Grécia e Espanha, é já o terceiro pior registo da OCDE. O forte processo de desalavancagem de empresas conjuntamente e em consequência do aperto fiscal de 2011, foram os grandes responsáveis por este acréscimo. Este comportamento constituir um risco para a posição fiscal do Estado.

A inflação na economia portuguesa em 2011 apresentou-se persistentemente elevada (maioritariamente acima de 3%), superando sempre a inflação da Zona Euro. Este resultado incorpora não só os efeitos de aumentos dos impostos indiretos, como os consequentes ajustamentos nas expectativas inflacionárias. Este padrão penalizou os rendimentos reais das famílias, reduzindo a sua capacidade aquisitiva numa altura em que o acesso ao crédito se mostra muito condicionado e é necessário proceder à correção de desequilíbrios nos níveis de endividamento privado.

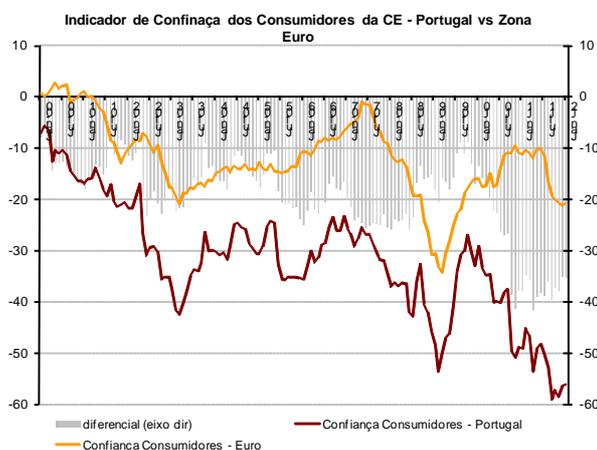


Gráfico 3 – Evolução da Confiança dos Consumidores (Portugal vs Zona Euro)

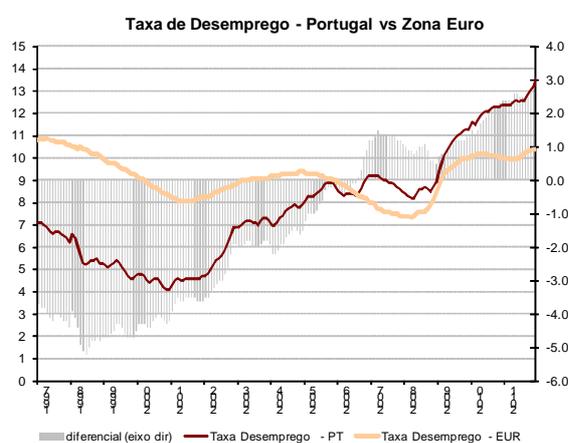


Gráfico 4 – Evolução da Taxa Desemprego (Portugal vs Zona Euro)

O período de consolidação orçamental de 2011-2013 constituirá um marco de viragem na economia nacional pelo enorme desafio de redução da procura interna, dado o implícito ajustamento fiscal necessário para assegurar as condições de solvabilidade externa de Portugal.

Administração no âmbito do Sistema da Segurança Social

Em resposta a esta conjuntura adversa, em 2011 foi dada continuidade ao esforço de contenção orçamental que vem marcando os últimos anos, como demonstram os dados da execução: 2.419 m€ em 2009, 2.368 m€ em 2010 e 2.127 m€ em 2011⁽⁸⁾.

Atendendo a que o IGFCSS vem, desde há muito, a elaborar anualmente orçamentos de base zero, ao esforço de contenção orçamental correspondem, necessariamente, restrições, que se traduzem em redução de meios (materiais ou humanos) ou eliminação de projetos.

Em 2011 essas restrições traduziram-se na perda de 3 colaboradores afetos às áreas de investimentos e de back office e no abandono da intenção de contratar serviços de apoio nas áreas jurídica e fiscal associadas à área de negócio.

Apesar da delicadeza e dos limites deste trade off entre redução de custos e capacidade para obter resultados, o IGFCSS tem procurado gerir as restrições orçamentais e o aumento da carga administrativa adicional, resultantes do reforço dos mecanismos de controlo da despesa pública, sem comprometer a sua missão e atribuições.

Em 2011, no âmbito dos seus processos de negócio, o IGFCSS prosseguiu as suas atribuições de gestão corrente das carteiras do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e do Fundo dos Certificados de Reforma – fase de acumulação, investidas nos principais mercados da OCDE (dívida e ações da zona Euro, Reino Unido, Estados Unidos e Japão).

Manteve a utilização de uma gestão dinâmica da composição das carteiras, mediante indexação a índices de referência representativos do respetivo custo de oportunidade e, atendendo aos constrangimentos surgidos nos mercados secundários de dívida soberana da zona Euro, procedeu ao estudo de alternativas que viria a implementar no final de 2011 e a partir de 2012.

Manteve também a gestão tática dessas carteiras, procurando acrescentar rentabilidade aos portefólios utilizando desvios de curto prazo e controlados à composição estratégica das carteiras.

Iniciou ainda o estudo do aumento da eficiência da gestão do risco dessas carteiras através da diversificação para novos mercados dentro do universo da OCDE, tendo concluído pela sua prossecução a partir de 2012.

Já quanto às áreas de suporte, foi consumada a separação das contabilidades do IGFCSS e do FEFSS, desígnio há muito perseguido e que dá corpo à intenção de separar o fundo da sua entidade gestora, deram-se passos decisivos para o recrutamento de um jurista, cujo posto de trabalho permanece vago desde o final de 2009, e para a contratação dos serviços de informação financeira da Bloomberg, instrumento de trabalho fundamental à atividade do Instituto.

Separação das Contabilidades do IGFCSS e FEFSS

O Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro, que procedeu à criação do IGFCSS, determinou que 'O IGFCSS

⁸ Excluído o montante da transferência corrente pela devolução de saldos, de 304,490.08 euros.

sucedirá para todos os efeitos jurídicos e patrimoniais ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), considerando-se igualmente transferidos para o primeiro todos os direitos e deveres decorrentes das relações jurídicas estabelecidas com o FEFSS e, bem assim, as atribuições que lhe foram cometidas'.

Nos estatutos aprovados por aquele diploma considerava-se que o património do Instituto integrava os bens afetos ao FEFSS, sendo qualificadas como receitas próprias do Instituto as transferências que lhe fossem atribuídas para afetação a fundos de capitalização, de que o FEFSS era um exemplo. Deste modo, o FEFSS era considerado património do Instituto, integrando, por essa razão, as respetivas demonstrações financeiras.

Não obstante o estabelecido nos estatutos, as portarias 375/2000 de 26 de junho, 1557-B/2002 de 30 de dezembro e 1273/2004 de 7 de outubro que, na vigência daqueles, aprovavam os regulamentos de gestão do FEFSS, caracterizavam o IGFCSS como a entidade gestora do FEFSS e este último como um património autónomo, originando uma certa ambiguidade quanto ao papel desempenhado pelo Instituto (dono do FEFSS ou seu gestor) e quanto ao seu regime de prestação de contas (apresentar uma única conta consolidada, ou contas separadas).

O Decreto-Lei 216/2007 de 29 de maio, que aprova nova lei orgânica para o IGFCSS na sequência do PRACE, vem acentuar a natureza do FEFSS enquanto património autónomo e a vocação do Instituto enquanto entidade especializada na gestão de fundos ou patrimónios autónomos, bem como os relacionados com regimes de previdência.

Das alterações introduzidas por este diploma, destacam-se:

- As transferências para capitalização passam a ser consideradas como integrando o capital do FEFSS e já não como receitas próprias do IGFCSS;
- A eliminação da norma contida no DL 449-A/99, segundo a qual o património do IGFCSS integrava os bens do FEFSS, antes obrigando a que aquele património seja identificado em conta própria e;
- É clarificado que o FEFSS tem um orçamento e uma conta autónomos que integram, de per si, o orçamento e a conta da Segurança Social.

Apesar das alterações consagradas no Decreto-Lei 216/2007 de 29 de maio apontarem para a separação dos patrimónios das duas entidades, o disposto no nº 3 do artigo 1º suscitava ainda dúvidas, ao estabelecer que '*O Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) está integrado no IGFCSS, IP, como património autónomo afeto exclusivamente à capitalização pública de estabilização (...)*'.

Com efeito, o facto de se considerar o FEFSS um património autónomo, mas integrado no Instituto, não parecia traduzir inequivocamente uma vontade do legislador em proceder a uma separação total das duas entidades, tanto mais que em projeto de diploma orgânico remetido à tutela em outubro de 2006, havia sido proposto que o FEFSS fosse considerado património do Estado.

Não obstante não ter procedido à separação das duas entidades o IGFCSS passou, a partir de 2007, a apresentar no âmbito da prestação de contas, um mapa de fluxos de caixa, um balanço, uma demonstração de resultados e um anexo às demonstrações financeiras só com os movimentos do FEFSS.

No relatório de auditoria nº 29/2010 do Tribunal de Contas (pp. 94), este órgão considera, face ao enquadramento normativo fixado pelo Decreto-Lei 216/2007 de 29 de maio, que o Instituto deve apresentar um orçamento e uma conta autónomos relativos ao FEFSS. Considera, mesmo, que '*só desta forma se dará cumprimento quer às*

normas que obrigam à existência de um orçamento e de uma conta do Instituto, enquanto Instituto Público, quer à norma que autonomiza o orçamento e a conta do FEFSS, conferindo-lhe a importância de integrar diretamente a conta da Segurança Social, a par das contas das restantes instituições de Segurança Social'.

Face ao entendimento do Tribunal de Contas, o Conselho Diretivo do Instituto decidiu proceder à separação das contabilidades do IGFCSS e do FEFSS, com efeitos a partir de 01.01.2011.

CONTAS DO EXERCÍCIO

Situação Patrimonial

Na abertura do exercício de 2011, procedeu-se à efetiva separação do património afeto ao Instituto relativamente ao do FEFSS. Para o efeito, considerou-se património do IGFCSS, IP o montante correspondente ao imobilizado líquido de amortizações, bem como os saldos de caixa e de depósitos à ordem, que estavam afetos ao funcionamento do Instituto, nos termos do artigo 13º do Decreto-Lei 216/2007, de 29 de maio. O património foi registado no início de 2011 em contas de reservas no montante de 389,344.98 euros.

No final de 2011, os Fundos Próprios do IGFCSS, IP ascendiam a 147,161.48 euros o que representa um decréscimo de 241,901.71 euros face ao final do ano anterior.

Custos de Administração

Os custos de administração correspondentes ao funcionamento do Instituto têm estrutura semelhante à de uma sociedade gestora de fundos, concentrando-se especialmente nos custos com pessoal e nos fornecimentos e serviços externos.

O apuramento de custos imputados aos Fundos geridos, com base na sua carteira, pode ser detalhado como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31-12-2011	31-12-2010
CUSTOS E PERDAS		
Fornecimentos e serviços externos	842,858.72	877,234.44
Custos com pessoal	1,194,901.50	1,395,017.22
Outros custos e perdas operacionais	0.00	8,251.51
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	82,690.80	90,263.80
Custos e perdas financeiras	1,255.59	1,731.67
Custos e perdas extraordinários		
	2,121,706.61	2,372,498.64
Transferências correntes concedidas	304,490.08	0.00
PROVEITOS E GANHOS		
Prestações de serviços	54,442.55	42,624.59
Transferências correntes do OSS via FEFSS	1,916,855.25	2,316,286.80
Proveitos e Ganhos Financeiros	9,379.28	2,403.05
Proveitos e ganhos extraordinários	203,617.90	11,184.20
	2,184,294.98	2,372,498.64
Resultados líquidos	-241,901.71	0.00

Tabela 5 – Custos imputados aos Fundos

As receitas obtidas pelo IGFCSS, IP em 2011 provieram, principalmente, de dotações atribuídas pelo orçamento da segurança social (OSS), através do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)⁹ e da

⁹ Conforme o disposto no n.ºs 1 do artigo 11.º do decreto-lei n.º 216/2007, de 29 de maio, em conjugação com o disposto no

prestação do serviço de gestão do Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)⁽¹⁰⁾. As dotações atribuídas pelo OSS devem corresponder à imputação dos custos de funcionamento do IGFCSS, IP na proporção do montante médio do FEFSS e ao montante de despesas de investimento incorridas por este no ano económico.

Os resultados líquidos foram negativos no montante de 241,901.71 euros. Esta situação decorre do facto de, durante o presente ano económico, o IGFCSS, IP ter procedido à devolução ao FEFSS de 304,490.08 euros de transferências recebidas em anos anteriores do FEFSS, para funcionamento, que não foram gastos. Estas transferências, nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das ISSS, são registadas como custos.

Excluída aquela devolução, os custos de funcionamento do Instituto (2,121,706.61 euros) corresponderam a 0.023% do montante médio de fundos sob gestão durante o ano e concentram-se nas rubricas custos com pessoal (56.3%) e fornecimentos de bens e serviços (39.7%), sendo 22.8% referentes a encargos com as instalações (192,092.63) e com terminais de acesso a informação financeira (291,279.47). Esta situação é característica da atividade de gestão de investimentos de fundos, particularmente assente em meios humanos e informacionais.

Remuneração dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros do Conselho Diretivo foram fixadas por Despacho Conjunto n.º 199/2000, de 22 de fevereiro.

No que respeita às remunerações do Conselho Consultivo o n.º 4 do art. 30º, da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, refere que os membros não são remunerados podendo ser abonadas ajudas de custo.

Relativamente à remuneração do Fiscal Único, esta será fixada no Despacho de nomeação, nos termos do n.º 4 art.27º, da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, sendo que o Conselho Diretivo propôs que a remuneração anual fosse de 22.5% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido que tiver sido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho Diretivo, acrescidos do IVA, à taxa legal em vigor.

n.º 2 do artigo 11.º do anexo à portaria n.º 1273/2004, de 7 de outubro.

¹⁰ Conforme o disposto na alínea a) do n.º2 do artigo 11.º do decreto-lei n.º 216/2007, de 29 de maio, em conjugação com o disposto na alínea e) do artigo 30º do Decreto-Lei 26/2008, de 22 de fevereiro.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

O presente relatório visa corresponder ao previsto no art. 15º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Para 2011 a Tutela aprovou para o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP) os seguintes objetivos operacionais no âmbito do QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilidade:

EFICÁCIA

OB 1 Valor acrescentado na gestão do FEFSS

OB 2 Gestão prudente do FEFSS

OB 3 Desenvolver o RPC

EFICIÊNCIA

OB 4 Gestão do Risco Operacional

OB 5 Custos totais de Gestão

QUALIDADE

OB 6 Cumprir a política de qualidade

OB 7 Formação dos Recursos Humanos

Em 2011, o IGFCSS, IP alcançou os seguintes resultados:

OBJETIVOS	NÃO ATINGIDOS	ATINGIDOS	SUPERADOS
Eficácia	0	1	2
Eficiência	0	1	1
Qualidade	0	1	1

Tabela 6 – Resultados Objetivos QUAR 2011

O objetivo valor acrescentado na gestão do FEFSS, medido através do excess return, foi atingido. Foi definido como meta para este indicador, que compara a rentabilidade do FEFSS com a do benchmark, um intervalo centrado em 0.00% e com tolerância de 0.06%, tendo o resultado sido de -0.06%.

Foi superado o objetivo de eficácia OB2 “Gestão Prudente do FEFSS”, cuja meta para superação era um número de semanas com tracking error fora do limite inferior a 6. O tracking error esteve fora do limite durante 2 semanas.

Foi também superado o objetivo de eficácia OB3 “Desenvolver o RPC”, operacionalizado através de um indicador compósito que incluía o número de aderentes ao RPC e o excess return do FCR-A. Enquanto que o indicador número de aderentes ficou aquém da meta o excess return ultrapassou largamente o valor crítico do que resultou uma taxa de realização de 182.76%% o que justifica a classificação de objetivo superado.

A meta de superação para objetivo de eficiência OB5 “Custos de Gestão” era 0.028% do montante médio sob gestão que foi ultrapassada. Os custos operacionais representaram 0.023% do montante médio sob gestão, valor que ultrapassa o valor crítico de 0.026%.

O IGFCSS, IP é gerido numa ótica de processos, que são avaliados por uma bateria de indicadores, uns referentes aos processos de negócio, outros aos de suporte, sendo definidas metas para cada indicador. O OB 6 “Cumprir a política de qualidade” incluía além dos indicadores dos processos um indicador referente à formação, de colaboradores do ISS afetos à informação sobre o Regime Público de Capitalização, sobre rendas vitalícias. Os indicadores de processos foram ambos superados, com taxas de realização superiores a 120% tanto nos processos de negócio como nos processos de suporte. Não houve oportunidade para a realização da formação prevista sobre rendas vitalícias pelo que este indicador ficou aquém do valor mínimo para atingir. Considerando os três indicadores, e o respetivo peso relativo, a taxa de realização foi de 103.80% pelo que consideramos o objetivo como atingido.

O objetivo 7 “Formação dos Recursos Humanos” incluía três indicadores que mediam o número de colaboradores que frequentaram formação, horas de formação e a proporção de formação relativa à área de negócio. Foram superados os dois primeiros e atingido o terceiro. Considerando as taxas de realização de cada indicador e o seu peso relativo a taxa de realização compósita atingiu o valor de 127.67% pelo que o objetivo foi superado.

▫ **Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no plano, com indicação dos resultados alcançados**

O plano de atividades do IGFCSS, IP para 2011 incluía os seguintes projetos:

Atividade corrente

- i. Alocação dinâmica das carteiras do FEFSS e do FCR-A
- ii. Gestão da carteira do FEFSS
- iii. Administração do Regime Público de Capitalização
- iv. Gestão da Carteira do FCR
- v. Sistema de gestão da qualidade

Atividades específicas

- vi. Revisão do Sistema de Controlo Interno
- vii. Melhoria da informação de gestão
- viii. Novo serviço de custódia e liquidação
- ix. Formação em rendas vitalícias do RPC
- x. Aquisição de software de front Office
- xi. Integração da contabilidade no SIF

i. Alocação dinâmica das carteiras FEFSS e FCR-A

O benchmark do FEFSS resulta da política de gestão estratégica aprovada em reunião do Conselho Consultivo de 26.06.2009 e que se traduz numa carteira de investimentos cuja composição depende do nível de indexação ao índice EFFAS Portugal (> 1 ano). Utilizando um modelo de alocação dinâmica core-satélite, entre o índice EFFAS Portugal e um portfolio diversificado de ativos com origem nos mercados da

OCDE, e estimativas de correlações de mercado bem como de rentabilidades e de volatilidade de longo prazo, obtém-se uma composição de referência para a carteira do Fundo.

Em cada trimestre o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimentos, fixa, em função da expectativa da evolução da curva de rendimentos da zona euro, o nível de indexação ao índice EFFAS Portugal (> 1 ano), o qual pode variar entre 50% e 90% (70%-90% em condições normais).

Durante o ano de 2011 procederam-se a rebalanceamentos trimestrais que foram muito condicionados pela evolução da curva de rendimentos da dívida pública portuguesa.

ii. **Gestão da Carteira do FEFSS**

A atividade corrente de gestão da carteira do FEFSS centra-se na definição de desvios táticos, usualmente na 1ª e 3ª semana de cada mês, ao benchmark resultante das decisões trimestrais, dentro de limites pré-definidos e em conformidade com um *tracking error* limitado, fixado em 1% para 2011. O resultado destas decisões é aferido pelo *excess return*.

Durante o ano de 2011 estas decisões foram também condicionadas pela evolução da dívida pública portuguesa, que determinou um *excess return* negativo em 6 pontos base.

iii. **Administração do Regime Público de Capitalização**

O IGFCSS é responsável pela coordenação dos diversos organismos do Sistema de Segurança Social envolvidos (IGFCSS, IP, DGSS, IGFSS, IP, ISS, IP e II, IP), com vista ao normal funcionamento da gestão das relações do sistema de Segurança Social com os aderentes ao RPC. Estas relações incluem os processos de atendimento, adesão, renovação, suspensão, cessão, reporte de informação, cobrança de descontos, regularização e revogação de pagamentos, gestão do Fundo, atribuição de complementos, negociação de rendas e pagamento e controlo.

iv. **Gestão da Carteira FCR-A**

A atividade corrente de gestão da carteira do FCR-A é assegurada da mesma forma que a atividade corrente de gestão da carteira do FEFSS, pretendendo-se gerar uma rentabilidade maior do que aquela que se obteria se simplesmente se implementasse a estratégia de longo prazo, sem desvios táticos. Durante o ano de 2011 as condicionantes foram semelhantes às verificadas na gestão do FEFSS, tendo sido obtido um *excess return* positivo de 206 pontos base. Saliente-se, contudo, que a rentabilidade total foi superior à do FEFSS em virtude da menor exposição à dívida pública portuguesa.

v. **Sistema de Gestão da Qualidade**

Durante o ano de 2011 realizaram-se 4 reuniões do Comité de Qualidade e 11 Auditorias internas.

Foi ainda renovada a certificação de qualidade ao abrigo da norma ISO 9001:2008 não se tendo verificado no processo de auditoria para a revalidação da certificação qualquer não conformidade.

vi. Revisão do sistema de controlo interno

Ao longo do ano 2011 foram estudadas e implementadas 20 recomendações constantes do relatório de auditoria nº29/2010 do Tribunal de Contas.

Foi também apresentada à Tutela uma proposta de carteira de referência estratégica para orientar e avaliar os investimentos da carteira do FEFSS.

vii. Melhoria da informação de gestão

A auditoria do Tribunal de Contas realizada em 2009, cujo relatório final foi conhecido em novembro de 2010, considerou apenas regular o sistema de controlo interno do IFCSS e fez um conjunto de recomendações quer quanto ao sistema de controlo interno quer quanto à melhoria da informação de gestão.

Durante o ano de 2011 foram avaliadas as diversas recomendações do Tribunal tendo sido implementadas, no que se refere ao controlo interno, a quase totalidade das recomendações, nomeadamente: separação das contabilidades do IGFCSS e dos fundos geridos, desagregação do excess return entre opinião e execução, fundamentação da avaliação dos imóveis, indicador de rotação da carteira, adoção das normas IAS40, IAS18 e IAS39, elaboração dos mapas de execução orçamental conforme POCISSS, adoção nos registos contabilísticos das normas do POCISSS sobre material de escritório, especialização das valias na alienação de ativos financeiros, registo orçamental das despesas com transporte de material, inventário de bens do imobilizado corpóreo, apuramento dos resultados das operações com forwards, resultados das operações com forwards por finalidade, aprovação dos canais de negociação e pessoas autorizadas e relatórios periódicos sobre fundos de investimento imobiliário e os investimentos imobiliários.

As recomendações do Tribunal de Contas, na área do controlo, não implementadas estão pendentes da conclusão do módulo de cálculo de rentabilidades encomendado ao fornecedor do sistema de gestão de ativos TRADER e de parecer da Comissão de Normalização Contabilística, oportunamente solicitado.

viii. Novo serviço de custódia de títulos

Tendo-se verificado que a qualidade na prestação do que, convencionalmente, se designa de serviço de custódia e liquidação não é a mais adequada à natureza da atividade do IGFCSS nomeadamente no que se refere a cobertura de mercados, abrangência dos serviços prestados, tecnologia usada, suporte ao cliente e estrutura de comissionamento, iniciou-se em 2009 o processo conducente ao lançamento de um concurso para seleção de novo serviço de custódia de títulos.

Durante aquele foram executadas tarefas prévias à definição do caderno de encargos, e posterior lançamento do concurso internacional, a saber: definição do modelo de serviços, seleção e contratação quer do consultor técnico quer de assessoria jurídica.

Em 2011 continuou o desenvolvimento, em articulação com os consultores selecionados, as atividades, técnicas e jurídicas, prévias à elaboração do caderno de encargos. Estas atividades continuam em 2012 com o objetivo de finalização do caderno de encargos e restantes procedimentos legais, necessários ao lançamento do concurso público internacional

ix. Formação em rendas vitalícias do RPC

Tendo sido concluída em 2010 a negociação, com uma Seguradora, do contrato de rendas vitalícias o qual está disponível para os beneficiários do RPC, programou-se para 2011 a realização de ações de formação destinadas aos técnicos especialistas do ISS, IP sobre as características das rendas negociadas. As ações não se realizaram atendendo às restrições orçamentais, às dificuldades de articulação de um calendário e à falta de interesse dos beneficiários por esta possibilidade.

x. Aquisição de software de front-office

Foi planeada para 2011 a instalação de software que permitiria o acompanhamento contínuo das estratégias de otimização das réplicas dos benchmarks e de oportunidades de geração de excess return.

Do estudo realizado sobre as aplicações existentes e os requisitos que necessários conclui-se que o custo seria muito superior ao previsto em resultado de implicar uma elevada customização. Em consequência o Conselho Diretivo optou, numa análise custo/benefício, pela não aquisição do software.

xi. Integração da contabilidade no SIF

O Tribunal de Conta tem, sistematicamente, recomendado a integração da contabilidade do IGFCSS, IP e do FEFSS no SIF. Durante o ano de 2011 procedeu-se, como já mencionado, à separação das contabilidades do Instituto e dos fundos geridos e realizaram-se diversos trabalhos de articulação com o Instituto de Gestão Financeira e Instituto de Informática no sentido de integrar a contabilidade do IGFCSS no SIF, o que ocorrerá em 2012.

▫ **Apreciação dos utilizadores**

Não foram realizados inquéritos de satisfação aos aderentes do regime público de capitalização.

▫ **Avaliação do sistema de controlo interno**

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Manuais de procedimentos por processo
1.2 E efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Auditorias internas no âmbito da norma ISO 9001
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?				Auditores internos com formação ISO 9001
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Aprovado código de ética dos colaboradores
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Comités de Investimento, Estratégia e Qualidade
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Relatório de auditoria nº 29/2010 do Tribunal de Contas e auditoria externa às contas do IGFCSS, IP do FEFSS e do FCR realizada pela Deloitte
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Portaria 640/2007
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	100 %			
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	56.6 %			Foram 17 colaboradores
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Delegação de competências
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?		X		Dada a dimensão do Instituto o volume de compras recorrentes é pequeno pelo que não se justifica a elaboração de um plano detalhado. As restantes aquisições, quer de bens quer de serviços, são definidas anualmente quando da elaboração do orçamento
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	Dado o caráter altamente especializado das funções não faz sentido rotação entre funções
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			No Manual de Qualidade
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			No Manual de Qualidade
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			No Manual de Qualidade
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Comité da Qualidade
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Rede controlada pelo II, IP
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X			Rede controlada pelo II, IP
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Rede controlada pelo II, IP

▫ **Causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes bem como parcialmente executados**

Como referido anteriormente não foram concluídos os projetos relativos à integração no SIF, ações de formação sobre rendas vitalícias e de escolha de novo serviço de custódia de títulos. Os atrasos nestes projetos derivam essencialmente do efeito conjugado de: necessidade de recurso a consultores externos, nomeadamente jurídicos, restrições financeiras e humanas.

▫ **Comparação com o desempenho de serviços idênticos**

O desempenho do IGFCSS, IP é aferido pela sua capacidade de acrescentar valor aos patrimónios que gere, para além da rentabilidade que o mercado em que pode investir proporciona.

A tentação imediata de comparar com outros gestores de fundos, públicos ou privados, as rentabilidades em valores absolutos deve ser devidamente enquadrada, uma vez que cada património gerido tem objetivos específicos e, por isso, graus de aversão ao risco diferentes.

Uma comparação mais adequada, do nosso ponto de vista, passa por utilizar patrimónios autónomos sem um perfil de pagamentos pré-determinado, como é o caso do FEFSS e do FCR e também dos planos de poupança-reforma medidos pela APFIPP, e um indicador relativo entre rentabilidade e risco, para períodos suficientemente longos, por exemplo, 5 anos. Nesta comparação (usando o indicador composto R3/risco), o FEFSS aparece no 39º lugar de um ranking de 52 fundos, o que significa uma deterioração da posição relativa, quando comparada com a de 2010, que resulta da evolução da dívida pública portuguesa. A descida do FEFSS neste ranking deve-se primordialmente à obrigação de investimento mínimo de 50% da sua carteira em títulos de dívida garantida pelo Estado Português e à anormal volatilidade que esses títulos registaram a partir de maio 2010 na sequência do despoletar da crise da dívida soberana Grega. De facto, o índice EFFAS Portugal passou de um índice de volatilidade de 5.12% em 2008 para 19.15% em 2011. O FCR ainda não apresenta histórico suficiente para efetuar esta comparação, contudo teve uma rentabilidade ao nível dos fundos de risco equivalente.

▫ **Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação do serviço**

O IGFCSS realiza, anualmente, inquéritos aos trabalhadores para avaliar o grau de satisfação e motivação. Este ano foi utilizado o modelo proposto pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, o que dificulta a comparação com os resultados de anos anteriores.

Este estudo, com caráter universal e anónimo, foi realizado em janeiro de 2012, tendo obtido a resposta de 17 colaboradores.

Satisfação global dos colaboradores com a organização	2.65
Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	2.28
Satisfação com as condições de trabalho	2.83
Satisfação com o desenvolvimento da carreira	2.47
Níveis de motivação	3.25
Satisfação com o estilo de liderança - Gestão de Topo	2.31
Satisfação com o estilo de liderança - Gestão	3.23
Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	2.93

Mínimo de 1 (muito insatisfeito) e máximo de 5 (muito satisfeito)

No quadro anterior apresentam-se os resultados considerando os grandes grupos de questões: satisfação global com a organização, satisfação com a gestão e sistemas de gestão, satisfação com as condições de trabalho, satisfação com o desenvolvimento da carreira, níveis de motivação, satisfação com o estilo de liderança e satisfação com o estilo de liderança.

Os resultados são praticamente iguais, a diferença negativa pode ser considerada desprezível, aos do ano anterior e as razões são as já apontadas no relatório de 2010 nomeadamente o facto de os colaboradores do Instituto integrarem uma carreira da administração pública à espera de revisão há mais de 3 anos, a que acresce o efeito das medidas de austeridade decididas. Contudo, como já acontecia em 2010, os níveis de motivação ainda são elevados demonstrando a disponibilidade dos trabalhadores para aquisição de novos conhecimentos e participação em novos projetos e, conseqüentemente, no desenvolvimento e crescimento do Instituto.

BALANÇO SOCIAL

Quadro de colaboradores

Os bons resultados de uma organização, em particular das que desenvolvem atividades intangíveis como a prestação de serviços financeiros, dependem em grande medida da qualificação, talento e motivação dos seus colaboradores.

Em 31.12.2011, o IGFCSS, IP tinha ao seu serviço um quadro de 27 colaboradores, assim distribuídos por departamentos e categorias profissionais.

	DI	DEPC	DAG	STAFF	TOTAL
Direção	1	1	1	0	3
Técnica	6	6	6	2	20
Administrativa	0	1	2	1	4
TOTAL	7	8	9	3	27

Tabela 7 – Quadro de Colaboradores

A especificidade e exigência técnica que decorre da atividade desenvolvida pelo IGFCSS, IP reflete-se na qualificação académica de base dos seus colaboradores, complementada de forma contínua por formação especializada.

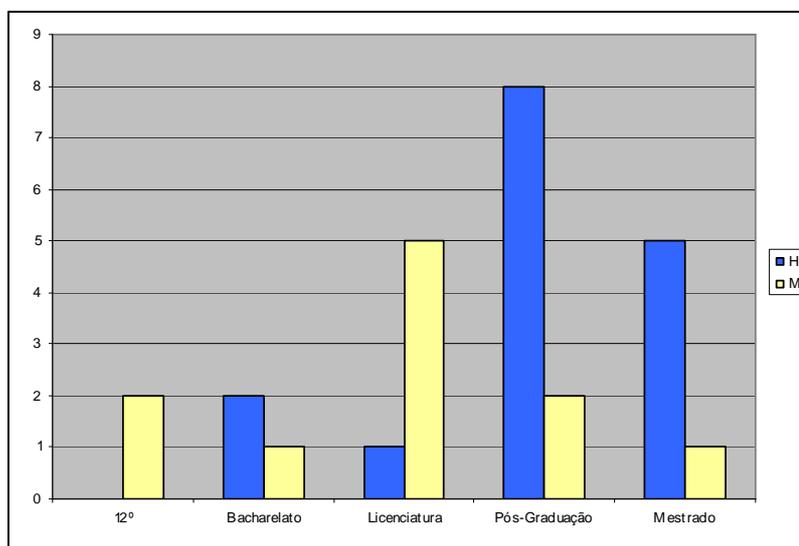


Gráfico 5- Qualificação Académica dos Colaboradores

A estrutura etária dos colaboradores é relativamente jovem (idade média de 39 anos) sendo, em termos de género, praticamente equitativa.

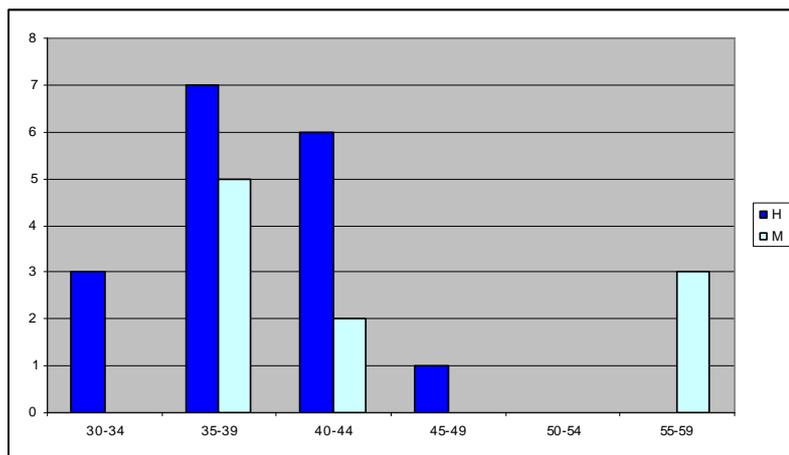


Gráfico 6– Distribuição por idade e género dos Colaboradores

Formação

A atividade de gestão de ativos é marcada pela constante evolução e complexidade dos produtos e mercados financeiros, pelos métodos de gestão e investimento, pelo que a aposta na formação contínua e especializada dos seus quadros é uma preocupação constante e fundamental do IGFCSS, IP.

	Dirigente	Técnico	Administrativo	Total	N.º horas médio per capita
Horas em ações internas	0:00	84:00	35:00	119:00	8
Horas em ações externas	4:00	216:00	35:00	255:00	17
Total de horas	4:00	300:00	70:00	374:00	25

Tabela 8 – Ações de Formação realizadas pelos colaboradores em 2011

Os quadros e a informação prevista no Decreto-Lei n.º 190/96 de 9 de outubro constam das notas anexas às contas.

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS, IP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

BALANÇOS ANALÍTICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

Código das Contas	ATIVO	Notas	Ativo Bruto	Amortiz. e Provisões	Ativo Líquido 31-12-2011	Ativo Líquido 31-12-2011 (Não auditado)
	Imobilizado:					
	Imobilizações corpóreas:					
424	Equipamento de transporte	8.2.7	75,593.16	72,340.30	3,252.86	6,801.41
426	Equipamento administrativo	8.2.7	1,014,782.14	909,327.15	105,454.99	163,889.97
4291	Artigos e objetos de valor	8.2.7	19,248.75	0.00	19,248.75	19,248.75
4293	Outras imobilizações corpóreas	8.2.7	40,226.21	30,651.91	9,574.30	13,410.92
			1,149,850.26	1,012,319.36	137,530.90	203,351.05
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
24	Estado e outros entes públicos	8.2.39.1	2,622.24		2,622.24	2,622.24
			2,622.24	0.00	2,622.24	2,622.24
	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	8.2.39.2	40,323.36		40,323.36	320,201.37
11	Caixa	8.2.39.2	1,321.82		1,321.82	1,504.71
			41,645.18		41,645.18	321,706.08
	Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos	8.2.39.3	41,399.23		41,399.23	30,290.17
272	Custos diferidos	8.2.39.3	28,657.89		28,657.89	29,668.57
			70,057.12	0.00	70,057.12	59,958.74
	Total de amortizações			1,012,319.36		
	Total de provisões			0.00		
	Total do ativo		1,264,174.80		251,855.44	587,638.11

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011

BALANÇOS ANALÍTICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

Código das Contas		Notas	31-12-2011	31-12-2010 (Não auditado)
	Fundos Próprios e Passivo			
	Fundos Próprios:			
57	Reservas			
577	Reservas decorrentes da transferência de ativos	8.2.32	389,063.19	389,063.19
88	Resultado líquido do exercício	8.2.32	-241,901.71	0.00
			147,161.48	389,063.19
	Passivo:			
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
221	Fornecedores, c/c	8.2.39.4	12,767.76	2,493.10
24	Estado e outros entes públicos	8.2.39.4	817.00	17,589.85
			13,584.76	20,082.95
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	8.2.39.5	91,109.20	178,491.97
			91,109.20	178,491.97
	Total dos fundos próprios e do passivo		251,855.44	587,638.11

As notas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	Notas	31-12-2011		31-12-2010 (Não auditado)	
62	Fornecimentos e serviços externos			842,858.72		877,234.44
641 + 642	Custos com o pessoal:				1,152,098.83	
	Remunerações	8.1.5	987,811.24			
645/8	Encargos sociais:				242,918.39	1,395,017.22
	Outros	8.1.5	207,090.26	1,194,901.50		
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	8.3.4.1	304,490.08	304,490.08		
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	8.2.7 e 8.2.8	82,690.80		90,263.80	
67	Provisões do exercício		0.00	82,690.80	0.00	90,263.80
65	Outros custos e perdas operacionais	8.2.39.7	0.00	0.00	8,251.51	8,251.51
	(A)			2,424,941.10		2,370,766.97
68	Custos e perdas financeiras	8.2.37	1,255.59	1,255.59	1,731.67	1,731.67
69	Custos e perdas extraordinários	8.2.38		2,426,196.69		2,372,498.64
	(C)			0.00		0.00
	(E)			2,426,196.69		2,372,498.64
	(G)			2,426,196.69		2,372,498.64
88	Resultado líquido do exercício			-241,901.71		0.00
				2,184,294.98		2,372,498.64
	PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas					
	Prestações de Serviços	8.2.35	54,442.55	54,442.55	42,624.59	42,624.59
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	8.2.39.8 e 8.2.2	1,916,855.25	1,916,855.25	2,316,286.80	2,316,286.80
	(B)			1,971,297.80		2,358,911.39
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	8.2.37	9,379.28	9,379.28	2,403.05	2,403.05
79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.2.38		1,980,677.08		2,361,314.44
	(D)			203,617.90		11,184.20
	(F)			2,184,294.98		2,372,498.64
	RESUMO:					
	Resultados operacionais : (B)- (A) =		-453,643.30		-11,855.58	
	Resultados financeiros : (D-B)- (C-A) =		8,123.69		671.38	
	Resultados correntes : (D)- (C) =		-445,519.61		-11,184.20	
	Resultados antes de impostos : (F)- (E) =		-241,901.71		0.00	
	Resultados líquido do exercício : (F)- (G) =		-241,901.71		0.00	

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2011

FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Nota explicativa	Código			Recebimentos			
	Capº	Grupo	Artº				
	16	01		Saldo gerência anterior			
				Execução orçamental			
				De dotações orçamentais			
				De receitas próprias			
				Na posse do serviço - Depósitos à Ordem		304,490.08	304,490.08
				De receita do Estado		17,216.00	17,216.00
				De operações de tesouraria			
				Descontos em vencim.e salários:			
				receita do Estado			
				I - Total do saldo de Gerª na posse do serviço			321,706.08
							321,706.08
				Receitas			
				Dotações orçamentais (OE)			
				CORRENTES			
				Rendimentos de propriedade		9,161.31	9,161.31
	05	01/02/03/04/08/09/10	0112	Juros-Sociedades Financeiras		9,161.31	
		02		Depósitos à ordem		9,161.31	
				Transferências correntes		1,916,855.25	1,916,855.25
	06			Transferências correntes - Administração		1,916,855.25	
	07	02	9902	Outros proveitos		43,551.16	43,551.16
				CAPITAL			
				Transferências de Capital		198,240.08	198,240.08
	10	06	0103	Receitas / Transferencia Capitalizacao		198,240.08	
				Receitas próprias			
				Correntes			
				Capital			
				II - Total das receitas e dos fundos próprios			2,167,807.80
				Total da receita do exercício I + II			2,489,513.88
				III - Total recebido do Tesouro em c/receitas próprias			
				IV - Total recebimentos Exercício I + II + III			2,489,513.88
				Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades			
				Receita do Estado		264,890.90	
				Operações de tesouraria		295,751.43	560,642.33
				V - Total das retenções de fundos alheios			3,050,156.21
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Receita do Estado:		264,890.90	
				Operações de tesouraria:		295,751.43	
				Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V			3,050,156.21

FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Nota explicativa	Código			Pagamentos			
	Agrup.	Sub-Agrup.	Rubrica				
				Despesas			
				Despesas orçamentais (OE)			
				Correntes			
	01	00		Despesas com o pessoal	1,269,896.89		
		01		Remunerações Certas e Permanentes	1,046,499.78		
			02	Órgãos sociais	138,031.56		
			03	Pessoal dos quadros -FP	597,522.30		
			11	Representação	83,301.06		
			12	Suplementos e prémios	42,641.65		
			13	Subsídio de refeição	48,594.77		
			14	Subsídio de Férias e de Natal	136,408.44		
	01	02		Abonos Variáveis ou Eventuais	8,822.20		
			04	Ajudas de custo	2,146.94		
			14	Outros abonos em numerário ou espécie	6,675.26		
	01	03		Segurança Social	214,574.91		
			01	Encargos com saúde ADSE	22,494.09		
			05	Contribuições para a Segurança Social	192,080.82		
	02			Aquisição de Bens e Serviços	829,368.49		
		01		Aquisição de bens	24,057.67		
			02	Combustíveis e Lubrificantes	6,425.97		
			04	Limpeza e higiene	738.20		
			08	Material de escritório	8,542.93		
			17	Ferramentas e utensílios	1,384.64		
			18	Livros e documentação técnica	1,792.14		
			21	Outros bens	5,173.79		
		02		Aquisição de Serviços	805,310.82		
			01	Encargos das instalações	37,634.63		
			02	Limpeza e higiene	25,273.23		
			03	Conservação de bens	17,320.20		
			04	Locação de Edifícios	154,458.00		
			09	Comunicações	14,210.01		
			11	Representação dos Serviços	298.61		
			12	Seguros	1,542.02		
			13	Deslocações e estadas	7,450.41		
			15	Formação	7,638.74		
			19	Assistência técnica	107,534.16		
			20	Trabalhos especializados	393,314.52		
			25	Outros Serviços	38,636.29		
	03			Juros e outros encargos	1,257.44		
		06		Outros encargos financeiros			
			0101	Serviços bancários	1,257.44		
	04	06	0002	Transferências correntes	304,490.08		
				Segurança Social	304,490.08	2,405,012.90	
	07	01		Aquisições de bens de Capital	26,456.80		
			08	Software informático	16,870.65		
			09	Equipamento administrativo	9,586.15		
					0.00	26,456.80	2,431,469.70
				I - Total despesas por c/ OE			2,431,469.70
				Despesas orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição dos saldos			
				Correntes			
				Capital			
				II - Total de despesas por c/ receitas próprias			
				Total despesas do exercício I + II			2,431,469.70
				III - Total entrega ao Tesouro em c/ receita própria			
				IV - Total pagamento do exercício I + II + III			2,431,469.70
				Importâncias entregues ao Estado e outras entidades			
				Receita do Estado	281,289.90		
				Operações de tesouraria	295,751.43	577,041.33	577,041.33
				V - Total da despesa de fundos alheios			3,008,511.03
				SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		40,828.18	
				Execução orçamental			
				Dotações orçamentais(OE)	40,828.18		
				De receitas próprias			
				Na posse do serviço			40,828.18
				Na posse do Tesouro			
				De receita do Estado	817.00	817.00	817.00
				De operações de tesouraria			
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Receita do Estado			
				VI - Total do Saldo Ger ^a na posse do serviço			41,645.18
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Retidos na fonte e considerados pagos:			
				De receita do Estado	281,289.90		
				De operações de tesouraria	295,751.43		
				Total Geral Mapa Fluxos Caixa IV + V + VI			3,050,156.21

8 - Anexo às demonstrações financeiras

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (“IGFCSS”) foi criado através do Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro o qual aprovou os respetivos estatutos, tendo posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP.

Em 29 de maio foi publicado o Decreto-Lei 216/2007 que vem reformular a lei orgânica do IGFCSS assim como proceder à revisão dos respetivos estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGFCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 94º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do nº 1 do artigo 48º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro.

O IGFCSS, tem como missão e atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, podendo prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou apoio técnico, decorrente da sua experiência de atividade e da informação económico financeira de que dispõe.

A sua atividade está sujeita a fiscalização pelo Tribunal de Contas.

No final de 2011 o IGFCSS tinha sob gestão, o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) e o Fundo dos Certificados de Reforma (FCR), este criado no âmbito do regime público de capitalização.

O regime público de capitalização, regulado pelo Decreto-Lei nº 26/2008, de 22 de fevereiro, constitui um mecanismo de fomento à poupança com gestão pública, visando responder às necessidades dos cidadãos no momento em que passem à condição de pensionistas ou de aposentados por velhice ou invalidez.

Trata-se de um regime de capitalização de adesão individual e voluntária. Cada aderente dispõe de uma conta à qual são afetas as respetivas contribuições, convertendo-se em certificados de reforma. Estes valores integram um fundo autónomo gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS.

De 2007 a 2010 foram apresentadas, em separado, as Demonstrações Financeiras do FEFSS, as quais foram elaboradas tomando por base os registos contabilísticos do próprio IGFCSS.

O relatório 29/2010 do tribunal de Contas veio clarificar a questão da separação dos patrimónios do IGFCSS e do FEFSS. Com efeito, é entendimento inequívoco daquele órgão que face ao novo enquadramento normativo (DL 216/2007 vs DL 449-A/99) deverá manter-se a apresentação de um orçamento e de uma conta autónoma relativa ao FEFSS, os quais integram, por si próprios o orçamento e a conta da Segurança Social.

De acordo com este entendimento, o Conselho Diretivo decidiu proceder à separação do orçamento e das contas do FEFSS a partir de 2011

Em 31 de dezembro de 2010, o Balanço do IGFCSS foi decomposto entre o património do FEFSS e da entidade gestora como segue:

	31 de Dezembro de 2010		
	FEFSS	IGFCSS	Total
Imobilizado:			
Imobilizações corpóreas	0.00	203,351.05	203,351.05
Investimentos financeiros	232,767,953.50	0.00	232,767,953.50
Circulante:			
Dívidas de terceiros - Curto prazo	4,240,189.00	2,622.24	4,242,811.24
Títulos negociáveis	8,795,205,069.03	0.00	8,795,205,069.03
Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa	530,947,385.32	321,706.08	531,269,091.40
Acréscimos e diferimentos	131,530,279.66	59,958.74	131,590,238.40
Total do Activo	9,694,690,876.51	587,638.11	9,695,278,514.62
Dívidas a terceiros - Curto prazo	(195,785.43)	(20,082.95)	(215,868.38)
Acréscimos e diferimentos	(56,757,176.06)	(178,491.97)	(56,935,668.03)
Total do Passivo	(56,952,961.49)	(198,574.92)	(57,151,536.41)
Adiantamentos efectuados ao IGFCSS pelo FEFSS	185,712.14	(185,712.14)	0.00
Total do património líquido	9,637,923,627.16	203,351.05	9,638,126,978.21

Da mesma forma, a Demonstração dos Resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi decomposta como segue:

	31 de Dezembro de 2010		
	FEFSS	IGFCSS	Total
Custos e perdas:			
Fornecimentos e Serviços Externos	100,833.50	877,234.44	978,067.94
Custos com pessoal	0.00	1,395,017.22	1,395,017.22
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	0.00	90,263.80	90,263.80
Outros custos e perdas operacionais	4,571,975.92	8,251.51	4,580,227.43
Custos e perdas financeiros	1,277,264,145.11	1,731.67	1,277,265,876.78
Custos e perdas extraordinários	361,595.86	0.00	361,595.86
Total de custos e perdas	1,282,298,550.39	2,372,498.64	1,284,671,049.03
Proveitos e ganhos:			
Prestações de serviços	4,064.56	42,624.59	46,689.15
Proveitos e ganhos financeiros	1,294,159,914.15	2,403.05	1,294,162,317.20
Proveitos e ganhos extraordinários	0.00	11,184.20	11,184.20
Total de proveitos e ganhos	1,294,163,978.71	56,211.84	1,294,220,190.55
Resultado líquido do exercício	11,865,428.32	(2,316,286.80)	9,549,141.52
Transferência dos custos de funcionamento (Nota 8.2.2)	(2,316,286.80)	2,316,286.80	9,549,141.52
Resultado líquido do exercício após transferência	9,549,141.52	0.00	9,502,452.37

As operações relativas ao FCR são registadas em contas de ordem do IGFCSS, IP, à semelhança do que sucede para as sociedades gestoras em relação aos fundos por elas administrados.

Os principais indicadores do FEFSS em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	2011		2010	
	valor	%	valor	%
Reserva Estratégica ^{a)}	129,980,879.43	1.46%	209,425,424.73	2.17%
Rendimento Fixo ^{b)}	5,549,761,311.12	62.55%	6,898,388,369.06	71.58%
Europa ex-Reino Unido	4,319,828,633.31	48.69%	5,136,467,633.81	53.29%
EUA	1,083,207,837.98	12.21%	748,201,583.51	7.76%
Japão ^{b)}	0.00	0.00%	838,485,738.01	8.70%
Reino Unido	146,724,839.83	1.65%	175,233,415.73	1.82%
Rendimento Variável ^{b)}	1,446,926,184.05	16.31%	2,239,807,392.98	23.24%
Europa ex-Reino Unido	115,589,672.40	1.30%	319,729,938.60	3.32%
EUA	819,602,302.13	9.24%	1,308,985,426.33	13.58%
Japão	279,305,642.52	3.15%	263,743,916.41	2.74%
Reino Unido	232,428,567.00	2.62%	347,348,111.64	3.60%
Imobiliário	205,349,145.56	2.31%	212,473,212.98	2.20%
Liquidez ^{c)}	1,538,235,564.77	17.34%	76,637,765.80	0.80%
Provisões e Impostos a Recel	2,192,584.76	0.02%	1,216,760.55	0.01%
Total	8,872,445,669.69	100.00%	9,637,948,926.10	100.00%

Notas:

a) Inclui o valor nominal dos futuros e as valias potenciais de forwards

b) Inclui juros corridos e as valias potenciais de forwards

c) A percentagem correspondente a liquidez foi já deduzida dos depósitos em margens afetadas à réplica de investimentos feitos através de contratos de futuros

Os principais indicadores do FCR – Fundo dos Certificados de Reforma para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser descritos como segue:

	31-12-2011	31-12-2010
Total de contribuições de exercícios anteriores deduzidas de resgates	15,395,604.84	8,961,961.81
Total de contribuições do exercício deduzidas de resgates	4,922,122.81	6,433,643.03
Numerário e depósitos bancários	2,049,374.98	1,385,188.89
Títulos negociáveis	18,583,689.68	14,495,557.30
Devedores Gerais	65,535.50	84,184.18
Acréscimos e diferimentos	385.66	1,755.42
Credores gerais	(41,583.69)	(29,918.26)
Total do património líquido	20,657,402.13	15,936,767.53
Número de unidades de participação	18,751,304.46	14,250,796.26
Valor por unidade de participação	1.10165	1.11831

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (“POCISSSS”). As notas cuja numeração é omitida deste anexo não são aplicáveis ao IGFCSS ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

8.1 – Caracterização da entidade

8.1.1 – Identificação

Designação: Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP).

Número de Identificação Fiscal	504 863 797
Endereço	Avenida Fernão de Magalhães, 1862 – 3º Dtº. – Torre das Antas 4350-158 – Porto
Regime Financeiro	Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial, com natureza de instituto público
Tutela	Ministro da Solidariedade e Segurança Social

8.1.2 – Legislação

O Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro, criou o IGFCSS, aprovou os respetivos estatutos, tendo, posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP. O Decreto-Lei 216/2007, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, alterou a lei orgânica assim como os estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGFCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 94º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do nº 1 do artigo 48º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro

Estatutos aprovados pela portaria 640/2007 de 30 de maio e alterados pela Portaria 1329-D/2010 de 30 de dezembro.

A atual lei orgânica do MTSS foi publicada pelo Decreto-Lei nº 126/2011 de 29 de dezembro.

8.1.3 – Estrutura organizacional efetiva

São órgãos do IGFCSS, IP:

- O Conselho Diretivo, constituído por um presidente, um vice-presidente e um vogal;
- O Conselho Consultivo, constituído por dois representantes institucionais indicados, cada um deles, respetivamente, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, e pelo Instituto de Gestão do Crédito Público, IP e ainda, por um representante de cada um dos parceiros sociais que integram a Comissão Permanente de Concertação Social e por três personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira;
- O Fiscal único.

Em 22 de março de 2010 foi solicitada a nomeação do Fiscal Único nos termos do artigo 27º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, isto é, por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da tutela, obrigatoriamente, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

O IGFCSS, IP, aguarda a referida nomeação.

O IGFCSS, IP dispõe de um mapa de pessoal de 32 lugares, aprovado por despacho do SESS nos termos do disposto no artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o Organograma funcional do IGFCSS era como segue:



8.1.4 - Descrição sumária das atribuições e das atividades prosseguidas no exercício económico.

O IGFCSS tem por objeto a gestão de fundos de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais. Em 2011, teve sob sua gestão o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e o Fundo dos Certificados de Reforma.

O IGFCSS tem ainda como uma das principais atribuições a administração do regime público de capitalização, criado pelo Decreto-Lei 26/2008 de 22 de fevereiro.

Atribuições e atividades

Atribuições / Atividades
Gerir em regime de capitalização a carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e de outros Fundos e as disponibilidades financeiras que lhe sejam afetas.
Administrar o regime público de capitalização, incluindo a gestão, em regime de capitalização, dos fundos e dos planos de rendas que lhe são subjacentes.
Promover o planeamento, organização, direção e controlo nas áreas de gestão das carteiras de aplicações, análise de mercado e informações estatísticas.
Administrar o património imobiliário que lhe está afeto.
Colaborar e articular-se com outras instituições do sistema de segurança social.
Negociar e contratar com as instituições do sistema monetário e financeiro as aplicações pertinentes.
Realizar as transferências necessárias para assegurar a estabilização financeira da segurança social.

Atribuições / Atividades
Colaborar e articular-se com os serviços do setor público administrativo.
Assessorar o membro do Governo responsável pela área de trabalho e da solidariedade social nas matérias relacionadas com as atribuições sobre a gestão em regime de capitalização.
Prestação a outras entidades públicas e privadas de serviços de gestão e de apoio técnico.
Gerir patrimónios autónomos suscetíveis de investimento no médio e longo prazo.

8.1.5 – Recursos Humanos

Durante o exercício de 2011, os responsáveis pelas unidades organizacionais do IGFCSS eram os seguintes:

Atribuições e atividades

Unidades organizacionais	Nome dos responsáveis
Conselho Diretivo	Manuel Pedro Baganha - Presidente Henrique Cruz – Vice-Presidente Teresa Fernandes - Vogal
Departamento de Investimento	Ana Abreu
Departamento de Apoio à Gestão	Pedro Andrade
Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo	José Vidrigo

Em 31 de dezembro de 2011, o pessoal do quadro do IGFCSS pode ser analisado, como segue:

Contagem dos efectivos por grupo de pessoal segundo a relação jurídica e o sexo					
		Dirigente	Técnico	Administrativo	TOTAL
Total de efectivos	Homens	4	13	1	18
	Mulheres	2	7	3	12
	Total	6	20	4	30
Cargo Político/Mandato, Dirigente Superior	Homens	2			2
	Mulheres	1			1
	Total	3			3
Comissão de Serviço (LVCR), Dirigente Intermédio	Homens	2			2
	Mulheres	1			1
	Total	3			3
CT em Funções Públicas por tempo Indeterminado - Carreiras gerais	Homens			0	0
	Mulheres			2	2
	Total			2	2
CT em Funções Públicas por tempo Indeterminado - Carreiras não revistas	Homens		13	1	14
	Mulheres		7	1	8
	Total		20	2	22

Nos termos do Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, as carreiras nas quais se encontram integrados os trabalhadores do IGFCSS, com exceção das correspondentes às duas trabalhadoras que transitaram do quadro da função pública, continuam a reger-se pelas disposições normativas que lhes eram aplicáveis a 31/12/2008 e pelo Regulamento de Política de Pessoal e Tabela de Remunerações, aprovado pela tutela em 13/01/2000, tratando-se pois de carreiras subsistentes porquanto ainda não foram objeto de revisão ou de extinção.

Variação do pessoal no período:

Grupos profissionais	Efetivos a 31/12/2010	Efetivos a 31/12/2011	Variação %
Pessoal dirigente	6	6	0%
Técnicos superiores			
Assistente técnico	2	2	0%
Assistente operacional			
Outros - carreiras não revistas	24	22	-8%

8.1.6 – Organização contabilística:

Relativamente à organização contabilística do IGFCSS durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a mesma pode ser descrita como segue:

Aspetos principais referentes à organização contabilística	Sim	Não
Existência de um manual de procedimentos contabilísticos	*	
Todos os registos estão apoiados em documentos justificativos, datados e ordenados numericamente	*	
As operações são registadas cronologicamente	*	
Os erros ou omissões são objeto de regularização contabilística	*	
Existência de demonstrações financeiras intercalares		*
Existência de descentralização contabilística		*

O IGFCSS está sujeito, no aspeto contabilístico, à disciplina do POCISSSS – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, conforme previsto no Decreto – Lei 12/2002 de 25 de janeiro.

Para despesas de pequeno montante e cujo pagamento tem de ser efetuado de imediato, foram constituídos Fundos Fixos do Porto e de Lisboa com os valores de 750 Euros e 350 Euros, respetivamente. Os Fundos Fixos são reconstituídos mensalmente, com base nas despesas efetuadas, até ao limite do valor da sua constituição. Para

efeitos de encerramento de contas do IGFCSS, os saldos dos Fundos Fixos são apurados para relevação contabilística dos mesmos na conta “Caixa”.

Os valores das receitas provenientes das operações financeiras, relativos aos fundos geridos são depositados nos prazos habituais dos mercados financeiros (usualmente 2 ou 3 dias úteis após), pelo agente liquidador da venda, na conta bancária indicada pelo IGFCSS.

Os registos e as conferências de títulos das carteiras do FEFSS e do FCR são feitos diariamente. Esta conferência é feita pelo Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

Como a atividade desta Instituição obriga a uma permanente utilização dos seus fundos, é efetuada a conferência dos valores disponíveis, diariamente, nas contas bancárias afetas ao FEFSS e ao FCR.

Esta conferência é efetuada pelos técnicos do Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

As compras do material necessário ao funcionamento dos serviços, são efetuadas em pequenas quantidades, dado o pouco significativo número de colaboradores, o que facilita, quer a contagem imediata das quantidades entradas, quer ainda a verificação do equipamento de fácil manuseamento, como por exemplo, máquinas de calcular e outros artigos de escritório.

As faturas recebidas são devidamente conferidas no que respeita às quantidades, aos preços unitários e globais, aos descontos de pagamento e ainda aos respetivos impostos. Os colaboradores adstritos ao Departamento de Apoio à Gestão, exercem as mais diversas funções, pelo que, dada a diminuta quantidade de faturas recebidas, também executam o seu registo.

O colaborador que elabora as folhas de vencimentos nunca é o mesmo que as confere e aprova.

Para a guarda de cheques e dinheiro existe um cofre.

É efetuada uma conferência mensal dos registos contabilísticos. As regularizações são suportadas por notas de lançamento.

As conciliações bancárias, das contas afetas ao pagamento de despesas de funcionamento do IGFCSS, são efetuadas, mensalmente, contemplando a identificação dos cheques em trânsito.

A conferência das contas de terceiros é realizada mensalmente.

No que concerne ao material de consumo corrente, não existe inventário para as existências, uma vez que as quantidades de material adquiridas são tão pequenas que não se justifica a inventariação do stock das mesmas, sendo fácil o seu controlo.

O material de secretaria é conferido no ato de entrega.

Breve descrição das principais características do sistema informático utilizado/existente

O IGFCSS utiliza atualmente, para suporte da sua área de contabilidade, um software específico: o GIN. Trata-se de uma aplicação cliente/servidor que se apoia numa base de dados Oracle e que se encontra perfeitamente integrada com o software de gestão de ativos Trader, fruto da parceria celebrada entre as duas software houses, fornecedoras daqueles softwares. As duas aplicações estão instaladas em infraestruturas de suporte distintas mas correm na mesma instância de Oracle.

Importa ainda referir que os lançamentos referentes às operações do FEFSS e do FCR são gerados pelo Trader e posteriormente, integrados no GIN por processo automático.

8.1.7 – Outra informação considerada relevante:

Para além do acima exposto, entende-se como relevante para a caracterização da entidade, a seguinte informação adicional, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

Outra informação relevante	Sim	Não
Existência de fundo fixo de caixa	*	
A cobrança é depositada diariamente	Não aplicável	Não aplicável
O controlo de valores em caixa é efetuado com periodicidade diária	*	
É efetuado o controlo sistemático de faturas recebidas	*	
Há reconciliação bancária mensal	*	
As contas de terceiros são examinadas periodicamente	*	
Inventariação no final do exercício	*	

8.2. - Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.2. - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

A clarificação quanto à separação dos patrimónios, orçamentos e contas do IGFCSS e FEFSS levada a cabo pelo Tribunal de Contas no âmbito do relatório nº 29/2010 esteve na base da decisão do Conselho Diretivo do IGFCSS que conduziu à separação das respetivas contabilidades, a partir de 2011.

Esta separação das contabilidades apresenta óbvios impactos ao nível da comparabilidade das demonstrações financeiras.

De acordo com o disposto nos nºs 1 e 4 do artigo 11º do DL 216/2007 de 29 de maio (Lei orgânica do IGFCSS), na redação que lhe é dada pelo artigo 3º do DL 39/2011 de 21 de março, conjugado com o disposto no nº2 do artigo 11º do anexo à Portaria nº 1273/2004 de 7 de outubro (regulamento do FEFSS) e com o disposto nos nºs 2 e 3 do artigo 15º da Portaria 212/2008 de 29 de fevereiro (regulamento de Gestão do FCR), o IGFCSS dispõe de receitas provenientes de dotações do orçamento da Segurança Social para funcionamento, as quais são imputadas proporcionalmente ao valor de fundos sob gestão.

8.2.3. - Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do IGFCSS, mantidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social

(“POCISSSS”), e são apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos, da continuidade, da especialização do exercício, da consistência, da materialidade, da prudência, do custo histórico, da não compensação e da entidade contabilística definidos no POCISSSS.

Os principais critérios valorimétricos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, iniciando-se o processo de amortização no mês em que o investimento ocorre, e são contabilizadas por débito na demonstração dos resultados de cada exercício.

Para o efeito, são utilizadas as taxas máximas estabelecidas no Decreto Regulamentar nº 2/90 ou na Portaria 671/2000 de 17 de abril, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de dezembro de 2000.

As taxas de amortização praticadas mais relevantes são as seguintes:

Equipamento de transporte	12,5% a 25,0%
Equipamento administrativo	10,0% a 12,5%
Artigos e objetos de valor	-
Outras imobilizações corpóreas	10,0% a 33,3%

Os valores de artigos e objetos de valor, fundamentalmente relativos a investimento em obras de arte, não são sujeitos a depreciação tendo em consideração as suas características intrínsecas (Nota 8.2.8).

b) Acréscimos e diferimentos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Os montantes de custos e proveitos reconhecidos e não pagos ou recebidos são reconhecidos nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

c) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor à data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão integram os resultados correntes do exercício nas rubricas de Diferenças de câmbio desfavoráveis e favoráveis.

d) Impostos

De acordo com as alíneas c) e d) do número 1 do artigo 9º do Código do IRC os rendimentos do IGFCSS estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Adicionalmente, o IGFCSS goza de isenção de imposto de selo de acordo com a a) do artº 6º do Código do Imposto de Selo.

Em resumo, apresentamos os quadros abaixo com os critérios valorimétricos aplicados:

Critérios de valorimetria aplicados no exercício de 2011

Rubricas do balanço	Critérios de valorimetria aplicados	Valor de balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações corpóreas		
424 - Equipamento de transporte	Valor de aquisição	3,252.86
426 - Equipamento administrativo	Valor de aquisição	105,454.99
429 - Outras imobilizações corpóreas		
4291 - Artigos e objectos de valor	Valor de aquisição	19,248.75
4293 - Outras imobilizações corpóreas	Valor de aquisição	9,574.30

Critérios de valorimetria aplicados no exercício de 2010

Rubricas do balanço	Critérios de valorimetria aplicados	Valor de balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações corpóreas		
424 - Equipamento de transporte	Valor de aquisição	6,801.41
426 - Equipamento administrativo	Valor de aquisição	163,889.97
428 - Artigos e objectos de valor	Valor de aquisição	19,248.75
429 - Outras imobilizações corpóreas	Valor de aquisição	13,410.92

8.2.7. - Ativo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi como segue:

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
De imobilizações corpóreas:						
-Equipamento de transporte	75,593.16	0.00	0.00	0.00	0.00	75,593.16
-Equipamento administrativo	1,125,052.48	0.00	16,871.65	0.00	127,141.99	1,014,782.14
-Artigos e objectos de valor	19,248.75	0.00	0.00	0.00	0.00	19,248.75
-Outras imobilizações corpóreas	41,625.39	0.00	0.00	0.00	1,399.18	40,226.21
	<u>1,261,519.78</u>	<u>0.00</u>	<u>16,871.65</u>	<u>0.00</u>	<u>128,541.17</u>	<u>1,149,850.26</u>

Amortizações e provisões

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Saldo final
De imobilizações corpóreas:				
-Equipamento de transporte	68,791.75	3,548.55	0.00	72,340.30
-Equipamento administrativo	961,162.51	75,305.63	127,140.99	909,327.15
-Outras imobilizações corpóreas	28,214.47	3,836.62	1,399.18	30,651.91
	1,058,168.73	82,690.80	128,540.17	1,012,319.36

a) As amortizações foram calculadas de acordo com a aplicação das taxas máximas legais.

b) Nos bens adquiridos a partir de 2001 foi aplicada a portaria 671/2000 de 17 de Abril.

8.2.8. - Desagregação das rubricas do ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor do ativo imobilizado pode ser detalhado como segue:

Ano de aquisição	Valor aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
1991	5,884.28			3,567.38	0.00	2,316.90	0.00
1992	2,802.80			1,124.63	0.00	1,678.17	0.00
1993	24.94			24.94	0.00	0.00	0.00
1995	516.48			516.48	0.00	0.00	0.00
1996	542.68			160.49	0.00	382.19	0.00
1997	17.41			17.41	0.00	0.00	0.00
1999	14,708.83			5,419.60	0.00	9,289.23	0.00
2000	57,257.94			13,145.74	0.00	44,112.20	0.00
2001	50,036.81			20,851.23	0.00	29,185.58	0.00
2002	352,564.26			28,594.89	0.00	323,969.37	0.00
2003	150,017.50			15,249.15	3,431.39	115,519.60	19,248.75
2004	134,749.74			11,070.88	3,548.55	120,426.00	3,252.86
2005	114,493.02			12,503.18	2,230.93	99,984.46	2,005.38
2006	66,409.20			9,659.87	330.59	56,074.17	675.16
2007	47,654.53			645.80	7,449.10	47,008.73	0.00
2008	85,140.17			5,989.50	15,902.76	63,323.22	15,827.45
2009	111,381.75				24,964.99	64,544.37	46,837.39
2010	67,318.45				20,734.05	31,016.79	36,301.66
2011	16,870.65				4,098.44	3,488.45	13,382.20
	1,278,391.43	0.00	0.00	128,541.17	82,690.80	1,012,319.36	137,530.90

Elemento	Valor aquisição	Data aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa de amortização	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Viat 94-14-QC	22.204.74	2000				25.00%		22.204.74	0.00
Viat 45-73-XB	25,000.00	Mar-04				16.66%	0.00	25,000.00	0.00
Viat 51-92-ZI	28,388.42	Dez-04				12.50%	3,548.55	25,135.56	3,252.86
Máq. escrever, calc. cont. fotocopiar	656.54	1991			656.54	12.50%		0.00	0.00
Máq. não especificadas	1,298.21	1991			1,298.21	12.50%		0.00	0.00
Artigos de conforto	189.54	1991				12.50%		189.54	0.00
Mobiliário	3,082.21	1991			1,382.18	12.50%		1,700.03	0.00
Selo branco	265.99	1991				25.00%		265.99	0.00
Mobiliário	2,711.75	1992			1,124.63	12.50%		1,587.12	0.00
Máq. escrever, calc. cont. fotocopiar	137.14	1995			137.14	20.00%		0.00	0.00
Máq. não especificadas	379.34	1995			379.34	12.50%		0.00	0.00
Mobiliário	245.05	1996				12.50%		245.05	0.00
Equipamento administrativo	391.79	1991			230.45	100.00%		161.34	0.00
Equipamento administrativo	91.05	1992				100.00%		91.05	0.00
Equipamento administrativo	24.94	1993			24.94	100.00%		0.00	0.00
Equipamento administrativo	297.63	1996			160.49	100.00%		137.14	0.00
Equipamento administrativo	17.41	1997			17.41	100.00%		0.00	0.00
Equipamento administrativo	400.16	1999				100.00%		400.16	0.00
Equipamento administrativo	66.69	2000			66.69	100.00%		0.00	0.00
Central telefónica	3,342.06	1999				10.00%		3,342.06	0.00
Não especificadas	1,976.37	1999			1,976.37	10.00%		0.00	0.00
Aparelhagem e máq. electrónicas	324.16	1999				20.00%		324.16	0.00
Computadores	1,096.18	1999			1,096.18	25.00%		0.00	0.00
Ferramentas e utensílios	768.89	1999			768.89	25.00%		0.00	0.00
Máq. escrever, calc. cont. fotocopiar	2,421.91	1999				20.00%		2,421.91	0.00
Mobiliário	4,379.10	1999			1,578.18	12.50%		2,800.92	0.00
Aparelhagem reprodução de som	249.40	2000			249.40	20.00%		0.00	0.00
Computadores	11,472.63	2000			11,472.63	25.00%		0.00	0.00
Programa de salários	583.59	2000			583.59	33.33%		0.00	0.00
Não especificadas	505.73	2000			398.54	12.50%		107.19	0.00
Mobiliário	21,418.88	2000			374.89	12.50%		21,043.99	0.00
Ferramentas e utensílios	756.28	2000				25.00%		756.28	0.00
Central telefónica	14,134.34	Jun-01				12.50%		14,134.34	0.00
Outro material, aparelhos, utensílios	355.99	Ago-01				25.00%		355.99	0.00
Telefones	1,122.85	Nov-01				25.00%		1,122.85	0.00
Telecopiadores	729.49	Dez-01			729.49	20.00%		0.00	0.00
Blocos de gavetas	1,424.46	Fev-01			1,090.00	12.50%		334.46	0.00
Secretárias	835.69	Fev-01				12.50%		835.69	0.00
Cadeiras	238.49	Fev-01				12.50%		238.49	0.00
Mesas	89.08	Nov-01				100.00%		89.08	0.00
Papeleiras	44.52	Nov-01				100.00%		44.52	0.00
Candeeiros, globos, lustres, profonier	98.44	Nov-01				100.00%		98.44	0.00
Armários	3,036.84	Jul-01			731.80	12.50%		2,305.04	0.00
Cadeiras	1,430.13	Jul-01						1,430.13	0.00
Mesas	453.16	Jul-01						453.16	0.00
Secretárias	565.12	Jul-01						565.12	0.00
Calculadora	96.88	Abr-01				100.00%		96.88	0.00
Mesas	235.84	Jan-02				100.00%		235.84	0.00
Secretárias	252.65	Jan-02				12.50%		252.65	0.00
Blocos de gavetas	378.16	Jan-02				12.50%		378.16	0.00
Blocos de gavetas	443.43	Abr-02			248.59	12.50%	0.00	194.84	0.00
Outro mobiliário	99.01	Fev-02				100.00%		99.01	0.00
Armários	5,753.46	Mai-03				12.50%	239.74	5,753.46	0.00
Blocos de gavetas	1,808.58	Mai-03				12.50%	75.37	1,808.58	0.00
Blocos de gavetas	319.16	Jul-03				12.50%	19.91	319.16	0.00
Blocos de gavetas	440.30	Ago-03				12.50%	32.09	440.30	0.00
Cadeiras	9,624.14	Mai-03				12.50%	400.99	9,624.14	0.00
Cadeiras	10,187.29	Jul-03				12.50%	636.71	10,187.29	0.00
Cadeiras	919.08	Ago-03				12.50%	66.98	919.08	0.00
Estantes	1,193.49	Ago-03				12.50%	85.55	1,193.49	0.00
Mesas	6,412.31	Mai-03				12.50%	267.17	6,412.31	0.00
Mesas	7,506.38	Jul-03				12.50%	469.13	7,506.38	0.00
Mesas	141.37	Ago-03				12.50%	10.32	141.37	0.00
Secretárias	5,616.39	Mai-03				12.50%	234.01	5,616.39	0.00
A transportar	211,130.30				26,776.57		6,086.52	181,100.87	3,252.86

Relatório de Gestão do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP) 2011

Elemento	Valor aquisição	Data aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa de amortização	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Transporte	211,130.30				26,776.57		6,086.52	181,100.87	3,252.86
Secretárias	5,147.19	Jul-03				12.50%	321.69	5,147.19	0.00
Secretárias	877.69	Dez-03				12.50%	100.58	877.69	0.00
Sofás	2,208.64	Mai-03				12.50%	92.03	2,208.64	0.00
Sofás	1,766.91	Jul-03				12.50%	110.46	1,766.91	0.00
Sofás	1,142.40	Out-03				12.50%	107.10	1,142.40	0.00
Outro equip. e material escritório	1,877.15	Abr-03				12.50%	58.69	1,877.15	0.00
Fotocopiadores	2,441.88	Set-03				20.00%		2,441.88	0.00
Fax	793.00	Out-03				20.00%		793.00	0.00
Máquinas de Calcular	772.55	Jun-04			772.55	20.00%		0.00	0.00
Fotocopiadores	4,157.98	Dez-04				20.00%		4,157.98	0.00
Computadores	11,129.13	Nov-01			11,129.13	25.00%		0.00	0.00
Computadores	1,543.13	Dez-01				25.00%		1,543.13	0.00
Computadores	2,611.58	Dez-01			2,611.58	25.00%		0.00	0.00
Projector de imagem de ecrã	4,376.95	Abr-01			4,376.95	25.00%		0.00	0.00
Router	5,087.84	Mai-01				25.00%		5,087.84	0.00
Outro equipamento informático	450.42	Mar-01				33.33%		450.42	0.00
Unidades centrais de processamento	10,585.05	Out-02				25.00%		10,585.05	0.00
Computadores	3,806.81	Out-02			3,806.81	25.00%		0.00	0.00
Computadores	8,685.81	Dez-02			8,685.81	25.00%		0.00	0.00
Equipamento de Switching	3,034.70	Nov-02				25.00%		3,034.70	0.00
Monitores	1,098.63	Mai-02			1,098.63	25.00%		0.00	0.00
Outros periféricos	787.78	Dez-02			787.78	25.00%		0.00	0.00
Outro equipamento informático	590.06	Out-02				25.00%		590.06	0.00
Sistemas operativos	4,765.66	Dez-02			4,765.66	33.33%		0.00	0.00
Software de aplicação	2,092.07	Out-02			2,092.07	33.33%		0.00	0.00
Software de aplicação	258,968.34	Out-02				33.33%		258,968.34	0.00
Software de aplicação	49,630.72	Dez-02				33.33%		49,630.72	0.00
Software de base	7,109.54	Out-02			7,109.54	33.33%		0.00	0.00
Computadores	2,375.24	Fev-03			2,375.24	25.00%		0.00	0.00
Computadores	4,445.84	Dez-03			4,445.84	25.00%		0.00	0.00
Impressoras	1,453.76	Set-03			1,453.76	25.00%		0.00	0.00
Monitores	1,013.29	Jun-03			442.09	25.00%		571.20	0.00
Monitores	452.20	Dez-03			452.20	25.00%		0.00	0.00
Scanners	230.00	Set-03				25.00%		230.00	0.00
Outro equipamento informático	517.59	Mai-03				25.00%		517.59	0.00
Sistemas operativos	2,365.28	Mar-03			2,365.28	33.33%		0.00	0.00
Software de aplicação	1,141.71	Mar-03			1,141.71	33.33%		0.00	0.00
Software de aplicação	32,646.46	Abr-03				33.33%		32,646.46	0.00
Software de aplicação	464.99	Jul-03			464.99	33.33%		0.00	0.00
Software de base	891.14	Dez-03			891.14	33.33%		0.00	0.00
Software de aplicação	4,284.00	Dez-03				33.33%		4,284.00	0.00
Computadores	8,891.68	Jan-04			8,891.68	25.00%		0.00	0.00
Computadores	5,930.96	Jul-04				25.00%		5,930.96	0.00
Computadores	1,475.60	Nov-04				25.00%		1,475.60	0.00
Computadores	1,486.31	Dez-04				25.00%		1,486.31	0.00
Equipamento de rede	5,698.37	Jun-04				25.00%		5,698.37	0.00
Impressoras	85.00	Set-04				25.00%		85.00	0.00
Outro equipamento informático	410.49	Fev-04				25.00%		410.49	0.00
Outro equipamento informático	388.62	Mai-04				25.00%		388.62	0.00
Outro equipamento informático	166.60	Out-04			166.60	25.00%		0.00	0.00
Outro equipamento informático	267.00	Nov-04			267.00	25.00%		0.00	0.00
Outro equipamento informático	276.08	Nov-04			276.08	25.00%		0.00	0.00
Outro equipamento informático	506.94	Dez-04			506.94	25.00%		0.00	0.00
Software de aplicação	190.03	Mar-04			190.03	33.33%		0.00	0.00
Outros softwares	7,140.00	Abr-04				33.33%		7,140.00	0.00
Outros softwares	714.00	Ago-04				33.33%		714.00	0.00
Outros softwares	14,660.80	Ago-04				33.33%		14,660.80	0.00
A transportar	709,239.89				98,343.66		6,877.07	607,643.37	3,252.86

Relatório de Gestão do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP) 2011

Elemento	Valor aquisição	Data aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa de amortização	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Transporte	709,239.89				98,343.66		6,877.07	607,643.37	3,252.86
Outros softwares	1,135.26	Set-04				33.33%		1,135.26	0.00
Outros softwares	13,994.40	Out-04				33.33%		13,994.40	0.00
Outros softwares	13,012.65	Dez-04				33.33%		13,012.65	0.00
Bastidores	4,236.21	Dez-05				25.00%		4,236.21	0.00
Computadores	1,512.50	Set-05				25.00%		1,512.50	0.00
Computadores	890.00	Out-05				25.00%		890.00	0.00
Unidades centrais de processamento	3,194.02	Out-05				25.00%		3,194.02	0.00
Unidades centrais de processamento	8,367.15	Nov-05				25.00%		8,367.15	0.00
Equipamento de rede	435.81	Out-05			435.81	25.00%		0.00	0.00
Equipamento de rede	4,013.64	Nov-05				25.00%		4,013.64	0.00
Equipamento de Switching	6,000.39	Out-05				25.00%		6,000.39	0.00
Unidades de Banda	19,893.65	Nov-05				25.00%		19,893.65	0.00
Unidades de Disco	125.79	Nov-05			125.79	25.00%		0.00	0.00
Unidades de Disco	6,047.58	Nov-05				25.00%		6,047.58	0.00
Outro equipamento informático	273.46	Set-05			273.46	25.00%		0.00	0.00
Outro equipamento informático	1,351.57	Out-05			1,351.57	25.00%		0.00	0.00
Outro equipamento informático	532.93	Out-05			532.93	25.00%		0.00	0.00
Software de aplicação	10,164.00	Nov-05				33.33%		10,164.00	0.00
Software de aplicação	4,356.00	Dez-05				33.33%		4,356.00	0.00
Equipamento de Switching	1,442.11	Jun-05				33.33%		1,442.11	0.00
Software de comunicações	3,168.99	Set-05			3,168.99	33.33%		0.00	0.00
Software de gestão de rede	1,332.44	Mai-05				33.33%		1,332.44	0.00
Software de rede	191.56	Ago-05			191.56	33.33%		0.00	0.00
Outros softwares	179.80	Jan-05			179.80	33.33%		0.00	0.00
Outros softwares	7,140.00	Abr-05				33.33%		7,140.00	0.00
Outros softwares	4,936.28	Jun-05			3,433.60	33.33%		1,502.68	0.00
Outros softwares	1,566.96	Jul-05			1,566.96	33.33%		0.00	0.00
Outros softwares	1,927.75	Ago-05			247.72	33.33%		1,680.03	0.00
Outros softwares	1,413.45	Set-05				33.33%		1,413.45	0.00
Outros softwares	807.69	Nov-05			807.69	33.33%		0.00	0.00
Unidades centrais de processamento	2,870.83	Dez-05				33.33%		2,870.83	0.00
Blocos de gavetas	374.56	Jun-05			187.28	12.50%	79.98	154.12	33.16
Blocos de gavetas	190.43	Ago-05				12.50%	23.80	152.72	37.71
Cadeiras	550.23	Jun-05				12.50%	68.78	452.80	97.43
Secretarias	537.31	Jun-05				12.50%	67.16	442.14	95.17
Secretarias	238.18	Nov-05				12.50%	29.77	183.58	54.60
Outro mobiliário	78.18	Ago-05				100.00%		78.18	0.00
Papeleiras	19.93	Ago-05				100.00%		19.93	0.00
Outro mat., aparelhos, ut e inst.	14,131.64	Nov-05				14.28%	2,018.00	12,444.33	1,687.31
Outro equip. e material escritório	182.28	Out-01			182.28	100.00%		0.00	0.00
Telefones	705.19	Mai-03				12.50%	29.37	705.19	0.00
Telefones	296.99	Jun-03			296.99	12.50%	15.49	0.00	0.00
Telemóveis	399.90	Mai-03			399.90	25.00%	0.00	0.00	0.00
Outro material,aparelhos,utensílios	9,384.34	Abr-03				14.28%	0.00	9,384.34	0.00
Vasos	520.01	Ago-03			520.01	20.00%		0.00	0.00
Outros artigos e utensílios	175.00	Ago-03				12.50%	18.19	175.00	0.00
Equipamento frigorífico refrigeração	239.01	Out-03				14.28%	0.00	239.01	0.00
Máquinas e aparelhos de cozinha	590.00	Out-03				12.50%	55.31	590.00	0.00
Unidades centrais de processamento	4,541.13	Jun-06				25.00%	0.00	4,541.13	0.00
Computadores	1,089.00	Jun-06				25.00%	0.00	1,089.00	0.00
Computadores	7,744.00	Out-06				25.00%	0.00	7,744.00	0.00
Computadores	968.00	Dez-06				25.00%	0.00	968.00	0.00
Equipamento de rede	477.95	Mai-06				25.00%	0.00	477.95	0.00
Equipamento de Switching	4,294.05	Mai-06				25.00%	0.00	4,294.05	0.00
Impressoras	1,002.91	Abr-06				100.00%		1,002.91	0.00
Impressoras	603.73	Jun-06				25.00%	0.00	603.73	0.00
A transportar	885,088.71				112,246.00		9,282.92	767,584.47	5,258.24

Elemento	Valor aquisição	Data aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa de amortização	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Transporte	885,088.71				112,246.00		9,282.92	767,584.47	5,258.24
Impressoras	768.35	Out-06				25.00%	0.00	768.35	0.00
Monitores	281.93	Jun-06				25.00%	0.00	281.93	0.00
Monitores	242.00	Jul-06				100.00%		242.00	0.00
Monitores	2,807.20	Out-06				25.00%	0.00	2,807.20	0.00
Monitores	350.90	Dez-06				25.00%	0.00	350.90	0.00
PC portáteis	10,886.37	Nov-06				25.00%	0.00	10,886.37	0.00
Unidades de banda	696.96	Jun-06			696.96	25.00%	0.00	0.00	0.00
Unidades de Banda	59.63	Jun-06			59.63	100.00%		0.00	0.00
Unidades de controlo	8,024.48	Ago-06				25.00%	0.00	8,024.48	0.00
Unidades de controlo	968.00	Mai-07				33.33%	0.00	968.00	0.00
Outro equipamento informático	160.93	Abr-06				100.00%		160.93	0.00
Outro equipamento informático	564.01	Out-06			564.01	25.00%	0.00	0.00	0.00
Sistemas operativos	2,133.87	Mar-06				33.33%		2,133.87	0.00
Sistemas operativos	1,388.79	Jul-06				33.33%		1,388.79	0.00
Sistemas operativos	3,463.63	Nov-06			3,463.63	33.33%		0.00	0.00
Sistemas operativos	694.39	Nov-06				33.33%		694.39	0.00
Equipamento de rede	729.18	Mar-06				33.33%		729.18	0.00
Equipamento de rede	1,339.45	Nov-06				33.33%		1,339.45	0.00
Equipamento de rede	3,820.82	Nov-06			3,820.82	33.33%		0.00	0.00
Equipamento de rede	508.20	Nov-06				33.33%		508.20	0.00
Software de gestão de rede	83.76	Mar-06				100.00%		83.76	0.00
Software de gestão de rede	114.28	Mar-06			114.28	100.00%		0.00	0.00
Outros softwares	25.78	Nov-06			25.78	100.00%		0.00	0.00
Armários	1,675.85	Dez-06				12.50%	209.48	1,064.86	610.99
Secretárias	237.00	Mar-06				12.50%	29.63	172.84	64.16
Outras máquinas e aparelhos	1,829.52	Jul-06			914.76	20.00%	182.96	914.76	0.00
Outro equipamento de utilização espe	1,833.15	Ago-06				25.00%	0.00	1,833.15	0.00
Computadores	8,712.00	Abr-07				25.00%	544.50	8,712.00	0.00
Computadores	3,085.50	Ago-07				25.00%	449.95	3,085.50	0.00
Unidades centrais de processamento	15,651.35	Dez-07				25.00%	3,912.83	15,651.35	0.00
Unidades de Disco	1,306.80	Dez-07				25.00%	326.70	1,306.80	0.00
Monitores	344.00	Jan-07				25.00%	0.00	344.00	0.00
Monitores	1,940.36	Abr-07				25.00%	121.28	1,940.36	0.00
Monitores	820.38	Ago-07				25.00%	119.62	820.38	0.00
PC portáteis	7,757.92	Dez-07				25.00%	1,777.86	7,757.92	0.00
Outro equipamento informático	1,885.18	Jun-07				25.00%	196.36	1,885.18	0.00
Sistemas operativos	1,920.27	Jan-07				33.33%	0.00	1,920.27	0.00
Sistemas operativos	3,335.97	Mar-07				33.33%	0.00	3,335.97	0.00
Software de aplicação	246.50	Jun-07			246.50	100.00%		0.00	0.00
Telecopiadores (fax)	399.30	Jun-07			399.30	20.00%	113.13	0.00	0.00
Máquinas e aparelhos de cozinha	249.00	Jun-07				100.00%		249.00	0.00
Bastidores	6,843.60	Dez-08				12.50%	855.45	2,637.64	4,205.96
Computadores	8,712.00	Fev-08				25.00%	2,178.00	8,530.50	181.50
Equipamento de Switching	7,506.98	Dez-08				25.00%	1,876.75	5,786.63	1,720.35
Impressoras	483.75	Mar-08				25.00%	120.94	463.59	20.16
Impressoras	525.14	Abr-08				25.00%	131.29	492.32	32.82
Impressoras	195.00	Mai-08				100.00%		195.00	0.00
Monitores	1,936.00	Fev-08				25.00%	484.00	1,895.67	40.33
Monitores	955.20	Set-08				25.00%	238.80	796.00	159.20
Monitores	199.99	Nov-08				100.00%		199.99	0.00
PC portáteis	1,563.60	Set-08				25.00%	390.90	1,303.00	260.60
Projector de imagem de ecrã	670.00	Jul-08				25.00%	167.50	586.25	83.75
Unidades centrais de processamento	14,436.24	Dez-08				25.00%	3,609.06	11,127.94	3,308.30
Unidade de disco	2,080.00	Mai-08				25.00%	520.00	1,906.67	173.33
Sistemas operativos	4,749.49	Mar-08				33.33%	264.30	4,749.49	0.00
Software de aplicação	5,989.50	Mar-08			5,989.50	33.33%	333.32	0.00	0.00
A transportar	1,035,278.16				128,541.17		28,437.53	890,617.30	16,119.69

Relatório de Gestão do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFSS, IP) 2011

Elemento	Valor aquisição	Data aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa de amortização	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Transporte	1,035,278.16				128,541.17		28,437.53	890,617.30	16,119.69
Software de aplicação	8,470.00	Jun-08				33.33%	1,177.12	8,470.00	0.00
Software de aplicação	7,200.00	Dez-08				33.33%	2,200.50	7,200.00	0.00
Software de rede	1,476.00	Ago-08				33.33%	287.12	1,476.00	0.00
Blocos de gavetas	584.64	Dez-08				12.50%	73.08	225.33	359.31
Cadeiras	2,279.64	Mar-08				12.50%	284.96	1,092.34	1,187.30
Divisórias amovíveis	449.34	Out-08				12.50%	56.17	182.55	266.79
Mesas	298.87	Mar-08				12.50%	37.36	143.21	155.66
Secretárias	4,678.83	Mar-08				12.50%	584.85	2,241.93	2,436.90
Secretárias	586.46	Dez-08				12.50%	73.31	226.04	360.42
Outro mobiliário	229.90	Mar-08				100.00%		229.90	0.00
Televisores	2,040.00	Jan-08				14.28%	291.31	1,165.24	874.76
Bastidores	1,339.20	Jun-09				12.50%	167.40	432.45	906.75
Computadores	16,954.53	Abr-09				25.00%	4,238.63	11,656.24	5,298.29
Unidades centrais de processamento	5,261.25	Abr-09				25.00%	1,315.31	3,617.11	1,644.14
Impressoras	1,155.60	Mar-09				25.00%	288.90	818.55	337.05
Monitores	1,093.03	Ago-09				25.00%	273.26	660.38	432.65
PC portáteis	6,851.81	Dez-09				25.00%	1,712.96	3,568.66	3,283.15
Router	17,580.42	Mai-09				25.00%	4,395.11	11,720.28	5,860.14
Sistemas operativos	1,446.96	Fev-09				33.33%	482.27	1,406.62	40.34
Software de aplicação	5,011.68	Mar-09				33.33%	1,670.39	4,732.77	278.91
Software de aplicação	11,532.00	Abr-09				33.33%	3,843.62	10,569.95	962.05
Software de aplicação	528.00	Dez-09				33.33%	175.98	366.63	161.37
Software de comunicações	3,913.92	Jun-09				33.33%	1,304.51	3,369.98	543.94
Armários	1,053.60	Out-09				12.50%	131.70	296.33	757.27
Cofres	381.60	Dez-09				12.50%	47.70	99.38	282.22
Estantes	3,555.24	Jul-09				12.50%	444.41	1,111.01	2,444.23
Estantes	15,598.81	Out-09				12.50%	1,949.85	4,387.16	11,211.65
Estantes	5,378.04	Dez-09				12.50%	672.26	1,400.54	3,977.50
Blocos de gavetas	215.38	Jan-09				12.50%	26.92	80.77	134.61
Secretárias	226.10	Jan-09				12.50%	28.26	84.79	141.31
Outras máquinas e aparelhos	1,932.97	Dez-09				20.00%	386.59	805.40	1,127.57
Aparelhos de ar condicionado	6,784.80	Jun-09				12.50%	848.10	2,190.93	4,593.87
Aparelhos de ar condicionado	2,086.80	Dez-09				12.50%	260.85	543.44	1,543.36
Dispositivos de sinalização	1,500.00	Dez-09				20.00%	300.00	625.00	875.00
Bastidores	2,542.56	Mai-10				12.50%	317.82	529.70	2,012.86
Computadores	4,757.20	Dez-10				25.00%	1,189.30	1,288.41	3,468.79
Monitores	1,002.40	Dez-10				25.00%	250.60	271.48	730.92
Impressoras	3,724.80	Fev-10				25.00%	931.20	1,784.80	1,940.00
Impressoras	3,689.82	Nov-10				25.00%	922.46	1,076.20	2,613.62
Software de comunicações	29,577.12	Jun-10				33.33%	9,858.05	15,608.59	13,968.53
Software de rede	13,276.43	Set-10				33.33%	4,425.03	5,900.05	7,376.38
Outros softwares	900.00	Fev-10				33.33%	299.97	574.94	325.06
Outros softwares	3,312.00	Mai-10				33.33%	1,103.89	1,839.82	1,472.18
Outros softwares	4,307.60	Set-10				33.33%	1,435.72	1,914.30	2,393.30
Outros softwares	228.52	Dez-10				100.00%	0.00	228.52	0.00
Software de gestão de rede	3,279.88	Dez-11				33.33%	91.10	91.10	3,188.78
Sistemas operativos	1,058.12	Abr-11				33.33%	264.50	264.50	793.62
Software de base	12,532.65	Abr-11				33.33%	3,132.85	3,132.85	9,399.80
Quadro de Paulo Neves	2,100.00	Ago-03							2,100.00
Quadro de Alfredo Coelho	3,403.40	Ago-03							3,403.40
Quadro de Costa Leite	1,285.20	Ago-03							1,285.20
Quadro de Vasco Torres	3,534.30	Ago-03							3,534.30
Serigrafia de Resende	803.25	Ago-03							803.25
Serigrafia de Paulo Neves	642.60	Ago-03							642.60
Quadro de Francisco Geraldo	5,085.00	Ago-03							5,085.00
Cómoda de D.João V	1,500.00	Set-03							1,500.00
Travessa de porcelana da China	895.00	Out-03							895.00
Total	1,278,391.43		0.00	0.00	128,541.17		82,690.80	1,012,319.36	137,530.90

8.2.32. - Movimento ocorrido no exercício nos Fundos Próprios do IGFCSS.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Fundos Próprios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 podem ser analisado como segue:

Movimentos ocorridos no exercício Fundo patrimonial (contas)	Saldo inicial	Movimentos do exercício		Saldo final	Observações
		Variação	Transferências		
577 - Reservas decorrentes da transferência de ativos					
5772 - De imobilizações corpóreas	203,351.05			203,351.05	
5778 - De outros ativos	185,712.14			185,712.14	
Resultado líquido do exercício		-241,901.71		-241,901.71	
Total	389,063.19	-241,901.71	0.00	147,161.48	

8.2.35. - Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços por mercados.

O valor das vendas e prestações serviços pode ser decomposto como segue:

Código das contas	Designação	Mercado Interno	
		31-12-2011	31-12-2010
712	Prestações de serviços		
	FINPRO	772,50	
	FCR	53.670,05	38.024,59
	Estudos	0,00	4.600,00
		54.442,55	42.624,59

8.2.37. - Demonstração dos resultados financeiros.

As demonstrações dos resultados financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser detalhadas como segue:

Código das contas	CUSTOS E PERDAS	Exercícios		Código das contas	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
		2011	2010			2011	2010
681	Juros suportados	0.00	0.00	781	Juros Obtidos	9,378.98	2,403.05
688	Outros custos e perdas financeiras	1,255.59	1,731.67	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0.30	0.00
	Resultados Financeiros	8,123.69	671.38				
		9,379.28	2,403.05			9,379.28	2,403.05

O valor inscrito na rubrica "Juros obtidos" refere-se a juros provenientes dos depósitos à ordem.

A rubrica "Outros custos e perdas financeiras" representa os encargos com serviços bancários.

8.2.38. - Demonstração dos resultados extraordinários.

As demonstrações dos resultados extraordinários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser detalhadas como segue:

Código das contas	CUSTOS E PERDAS	Exercícios		Código das contas	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
		2011	2010			2011	2010
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	0.00	0.00	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	5,377.82	11,184.20
698	Outros custos e perdas extraordinários	0.00	0.00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	198,240.08	0.00
	Resultados extraordinários	203,617.90	11,184.20				
		203,617.90	11,184.20			203,617.90	11,184.20

O montante de 5.377.82 Euros (7.540,71 Euros em 31 de dezembro de 2010) inscrito na rubrica “Correcções relativas a exercícios anteriores” resulta da diferença o valor estimado para encargos com férias e o valor pago.

O valor inscrito na rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” refere-se às transferências, do FEFSS para o IGFCSS, da componente receitas de capital com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.5).

8.2.39. - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

8.2.39.1 – Dívidas de Terceiros – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

Contas	Designação	2011	2010
24	Estado e outros entes públicos		
2453	Segurança Social	2.622,24	2.622,24
	Total	2.622,24	2.622,24

8.2.39.2 – Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

Contas	Designação	2011	2010
1211	Depósitos à Ordem	40.323,36	320.201,37
11	Caixa	1.321,82	1.504,71
	Total	41.645,18	321.706,08

8. 2. 39.3 – Acréscimos e diferimentos - Ativo

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

Contas	Designação	2011		2010	
		Saldo	Total	Saldo	Total
2711	Juros a receber				
27111	Juros a receber D/O	589,58	589,58	371,91	371,91
2719	Outros acréscimos de proveitos	40.809,65	40.809,65	29.918,26	29.918,26
271	Acréscimos de proveitos		41.399,23		30.290,17
272	Custos diferidos				
2721	Seguros	269,27		1.021,05	
2722	Rendas adiantadas	12.879,00		12.849,00	
2729	Outros custos diferidos	15.509,62	28.657,89	15.798,52	29.668,57
272	Custos diferidos		28.657,89		29.668,57

O valor inscrito na rubrica “Outros acréscimos de proveitos” corresponde á estimativa da comissão de gestão do FCR a receber em abril de 2012.

Na rubrica “Outros custos diferidos” estão principalmente registados pagamentos efetuados no exercício, relativos a custos do ano seguinte relativos a serviços de informação financeira.

8.2.39.4 – Dividas a terceiros – Curto prazo

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

Contas	Designação	2011	2010
22	Fornecedores		
221	Fornecedores, c/c	12,767.76	2,493.10
24	Estado e outros entes públicos		
242	Retenção impostos s/ rendimento	817.00	17,216.00
245	Contribuições para a Segurança Social		92.06
26	Outros devedores e credores		
262	Pessoal		281.79
	Total	13,584.76	20,082.95

8.2.39.5 – Acréscimos e diferimentos - Passivo

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

Contas	Designação	2011		2010	
		Saldo	Total	Saldo	Total
273	Outros acréscimos de custos				
2732	Remunerações a liquidar	89,917.48		177,555.59	
2739	Outros acréscimos de custos	1,191.72	91,109.20	936.38	178,491.97
273	Acréscimos de custos		91,109.20		178,491.97

A variação na rubrica “Remunerações a liquidar” justifica-se pela suspensão do pagamento do subsídio de férias de acordo com o estabelecido no Artº 21º da Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro.

8.2.39.6 – Remunerações órgãos sociais

Foram atribuídas, no decorrer do exercício de 2011, aos membros dos órgãos sociais, as seguintes remunerações relacionadas com o exercício das suas funções:

Conselho Diretivo

Presidente: 76.611,16€

Vice-Presidente: 70.601,90€

Vogal: 65.710,19€

8.2.39.7 – Outros custos e perdas operacionais

Código das contas	Designação	Outros custos e perdas operacionais	
		31-12-2011	31-12-2010
652	Quotizações	0.00	8,251.51

A rubrica “Quotizações” inclui a quota anual referente à inscrição do IGFCSS como associado da International Association of Social Security (ISSA).

O Conselho Diretivo decidiu cancelar a inscrição do IGFCSS como associado da ISSA.

8.2.39.8 – Transferências correntes obtidas

Código das contas	Designação	Outros custos e perdas operacionais	
		31-12-2011	31-12-2010
742	Transferências correntes obtidas	1,916,855.25	2,316,286.80

O valor inscrito na rubrica “Transferências correntes obtidas” em 2011 refere-se às transferências, do FEFSS para o IGFCSS, da componente receitas correntes com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.4).

O valor inscrito na rubrica “Transferências correntes obtidas” em 2010 refere-se aos custos de funcionamento do IGFCSS suportado pelo FEFSS.

8.2.39.9 – Declarações relativas ao nº 3 do artº 15º da Lei nº8/2012 de 21 de fevereiro

1. Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2011

Ano	Montante
(1)	(2)
2012	700,015.74
2013	548,324.75
2014	154,799.65
2015	0.00
2016	0.00
Seguintes	0.00

2. Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2011

ID	Ano de constituição da dívida	Class. Económica	Fornecedor		Descrição	Montante	Implicações do atraso no pagamento
			NIF	Designação			
BS_2007/0015	2011	02.02.20.02	501192115	Mercer Portugal, Lda	Prestação de Serviços para selecção de banco de custódia	11,070.00	a)

Notas:

a) Atendendo a que a prestação de serviços facturada não foi ainda efectuada, foi emitida nota de crédito pelo fornecedor em 23.02.2012, pelo que neste momento não há qualquer valor a regularizar.

3. Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2011

Não existem recebimentos em atraso.

8.3. - Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.3.1. - Alterações orçamentais:

4. Despesa:

Classificação económica			Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações corrigidas 9=3+4-5+6±7+8	Observações (10)	
Código (1)	POCISSSS	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)				Modificações na redacção da rubrica (7)
				Reforços (4)	Anulações (5)					
0101		DESPESA / IGFSS	1.181.772,00	157.000,00	157.000,00	0,00	0,00	0,00	1.181.772,00	
		Remunerações certas e permanentes								
010102	6411	Órgãos sociais	158.568,00	12.000,00	0,00				170.568,00	
010103	642111/64229	Pessoal dos quadros - FP	543.177,00	100.000,00	0,00				643.177,00	
010111	64134/642281	Representação	48.719,00	45.000,00	0,00				93.719,00	
010112	642285	Suplementos e prémios	222.215,00	0,00	157.000,00				65.215,00	
010113	64131/642241	Subsídio de refeição	57.244,00	0,00	0,00				57.244,00	
010114	6412/6421121	Subsídio de férias e de Natal	151.849,00	0,00	0,00				151.849,00	
0102		Abonos variáveis ou eventuais	34.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.540,00	
010202		Horas extraordinárias	1.000,00	0,00	0,00				1.000,00	
010204	64232/64225	Ajudas de custo	10.000,00	0,00	0,00				10.000,00	
010213	64883	Outros suplementos e prémios	500,00	0,00	0,00				500,00	
010214	642283/64141	Outros abonos numerário ou espécie	23.040,00	0,00	0,00				23.040,00	
0103		Segurança social	261.292,00	458,00	458,00	0,00	0,00	0,00	261.292,00	
01030101	6451	Encargos com a saúde - ADSE	45.176,00	0,00	0,00				45.176,00	
01030501	6452	Contribuições para a CGA	24.916,00	0,00	0,00				24.916,00	
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	177.415,00	0,00	458,00				176.957,00	
01030503	6458	Outras	13.785,00	0,00	0,00				13.785,00	
010309	646	Seguros	0,00	458,00	0,00				458,00	
		A transportar	1.477.604,00	157.458,00	157.458,00	0,00	0,00	0,00	1.477.604,00	

Classificação económica			Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações corrigidas 9=3+4-5+6±7+8	Observações (10)	
Código (1)	POCISSSS	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)				Modificações na redacção da rubrica (7)
				Reforços (4)	Anulações (5)					
0201		Aquisição de bens	41.215,00	400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	39.215,00	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	7.500,00	0,00	0,00				7.500,00	
020104	62234	Limpeza e higiene	515,00	400,00	0,00				915,00	
020108	62217	Material de escritório	20.000,00	0,00	2.400,00				17.600,00	
020115	62218	Prémios,condecorações e ofertas	100,00	0,00	0,00				100,00	
020117	62215	Ferramentas e utensílios	1.500,00	0,00	0,00				1.500,00	
020118	62216	Livros e documentação técnica	5.200,00	0,00	0,00				5.200,00	
020121	622981	Outros bens	6.400,00	0,00	0,00				6.400,00	
0202		Aquisição de serviços	1.072.988,00	35.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	1.074.988,00	
020201	62211/62213/6229821111	Encargos das Instalações	43.440,00	0,00	0,00				43.440,00	
020202	62234	Limpeza e higiene	33.000,00	0,00	0,00				33.000,00	
02020301	62232	Conservação de bens - Inst.Seg.Social	15.000,00	0,00	15.000,00				0,00	
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	1.300,00	30.000,00	0,00				31.300,00	
020204	622191	Locação de edifícios	160.000,00	0,00	0,00				160.000,00	
020209	62222	Comunicações	30.000,00	2.000,00	0,00				32.000,00	
020211	62221	Representação dos serviços	2.500,00	0,00	0,00				2.500,00	
020212	62223	Seguros	4.475,00	0,00	0,00				4.475,00	
020213	62227	Deslocações e estadas	27.319,00	0,00	10.000,00				17.319,00	
020215	6483	Formação	28.753,00	0,00	5.000,00				23.753,00	
020218	62235	Vigilância e segurança	1.000,00	3.000,00	0,00				4.000,00	
020219	62245	Assistência técnica	141.668,00	0,00	0,00				141.668,00	
020220	62236	Outros trabalhos especializados	511.533,00	0,00	0,00				511.533,00	
020225	622982	Outros serviços	73.000,00	0,00	3.000,00				70.000,00	
		A transportar	2.591.807,00	192.858,00	192.858,00	0,00	0,00	0,00	2.591.807,00	

Classificação económica			Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações corrigidas 9=3+4-5+6±7+8	Observações (10)	
Código (1)	POCISSSS	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)				Modificações na redacção da rubrica (7)
				Reforços (4)	Anulações (5)					
		Transporte	2,591,807.00	192,858.00	192,858.00	0.00	0.00	0.00	2,591,807.00	
0306		Juros e outros encargos	3,000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	3,000.00	
030601	68818	Outros encargos financeiros	3,000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	3,000.00	
04		Transferências correntes	0.00	304,490.08	0.00	0.00	0.00	0.00	304,490.08	
04060002	634452118	Segurança Social	0.00	304,490.08	0.00	0.00	0.00	0.00	304,490.08	
07		Aquisição de bens e investimento	325,000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	325,000.00	
070107	426	Material de informática	50,000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	50,000.00	
070108	426	Software informático	250,000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	250,000.00	
070109	426	Equipamento administrativo	10,000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	10,000.00	
070115	429	Outros investimentos	15,000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	15,000.00	
12		Outras despesas de capital							0.00	
		TOTAL	2,919,807.00	497,348.08	192,858.00	0.00	0.00	0.00	3,224,297.08	

5. Receita:

Classificação económica			Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas 7=3+4+5-6	Observações (8)
Código (1)	POCISSSS	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
05		Rendimentos de propriedade	1,000.00	0.00	0.00	0.00	1,000.00	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	1,000.00	0.00	0.00	0.00	1,000.00	
06		Transferências correntes	2,555,807.00	0.00	0.00	0.00	2,555,807.00	
0606		Segurança Social					0.00	
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	2,555,807.00	0.00	0.00	0.00	2,555,807.00	
07		Vendas de bens e serviços correntes	38,000.00	0.00	0.00	0.00	38,000.00	
0702	712	Serviços	38,000.00	0.00	0.00	0.00	38,000.00	
10		Transferências	325,000.00	0.00	0.00	0.00	325,000.00	
10060103	798311628	Segurança Social	325,000.00	0.00	0.00	0.00	325,000.00	
16		Outras receitas de capital	0.00		304,490.08	0.00	304,490.08	
		Total	2,919,807.00	0.00	304,490.08	0.00	3,224,297.08	

8.3.2. - Contratação Administrativa:

1. Situação dos contratos:

ENTIDADE 1)	CONTRATO			VISTO DO T.C.		DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO 7)	PAGAMENTOS NA GERÊNCIA			PAGAMENTOS ACUMULADOS			OBSERVAÇÕES 14)
	OBJECTO 2)	DATA 3)	VALOR 4)	NÚMERO DO REGISTO 5)	DATA 6)		TRABALHOS NORMAIS 8)	REVISÃO DE PREÇOS 9)	TRABALHOS A MAIS 10)	TRABALHOS NORMAIS 11)	REVISÃO DE PREÇOS 12)	TRABALHOS A MAIS 13)	
Bloomberg	Prestação informação rel.c/ mercados monetário e de capitais	19-04-2000	291,279.46			10-07-2000	291,279.46						
INDEG	Avaliação da carteira de activos	20-08-2007	3,333.30			27-11-2007	3,333.30						
CPU - Consultores de Avaliação, Lda	Avaliação do Edifício Taguspark	23-12-2010	1,512.50			25-02-2011	1,512.50						
Ságies-Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	Higiene e saúde no trabalho	28-02-2007	2,122.20			27-07-2007	1,430.84						
Universidade do Porto (cedência E.G.P.)	Serviço de acompanhamento dos Mercados de Capitais dos países da OCDE	30-03-2009	49,195.08			26-06-2009	49,195.08						
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	Auditoria e Certificação de Contas 2009 a 2010	08-01-2010	19,680.00			29-04-2010	19,680.00						
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	Auditoria e Certificação de Contas 2011 a 2012	25-11-2011	53,443.50			30-12-2011	8,905.20						
Law Debenture Corporate Services	Contrato de Process Agent	14-04-2011	450.12			14-04-2011	450.12						
Vieira de Almeida & Associados	Negociação e adaptação de acordo com o "Schedule to the ISDA Master Agreement" e com o "Crédit Support Annex"	18-05-2009	11,439.00			26-10-2010	11,439.00						
APCER	Auditoria ISO	26-10-2011	1,093.72			26-10-2011	1,093.72						
Pedro Madeira de Brito	Assessoria Jurídica, Notificação judicial Avulsa e custas judiciais	30-12-2011	4,674.00			30-12-2011	4,674.00						
CND-Companhia Nacional de Desinfecções	Serviços de desinfectação e desinfectação	01-01-2005	754.37			22-02-2005	754.37						
Esegur - Empresa de Segurança, S.A.	Recolha e guarda de suportes informáticos	17-01-2003	1,714.00			03-03-2003	1,714.00						
Jardins Água Viva	Manutenção de plantas	01-01-2007	472.32			27-02-2007	472.32						
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Combustíveis Acordo Quadro	24-04-2009	15,000.00			20-12-2009	6,425.97						
Servisan - Produtos de Higiene, S.A.	Artigos de Limpeza - Acordo Quadro	05-01-2011	915.00			17-06-2011	638.30						
Xerox Portugal	Multifunções Porto assistência Técnica	10-03-2010	280.44			30-12-2010	280.44						
Xerox Portugal	Multifunções Porto consumíveis	10-03-2010	1,237.04			30-12-2010	1,237.04						
S.M.A.S	Fornecimento de água	31-03-2000	1,220.27			31-03-2000	1,220.27						
E.D.P.	Fornecimento de electricidade	18-05-2000	16,799.48			18-05-2000	16,799.48						
Condomínio Antas	Condomínio	01-05-2003	19,639.80			05-08-2003	19,639.80						
Number One-Limpezas Técnicas Profissionais, Lda	Serviço de limpeza Porto	06-05-2010	49,680.00			25-06-2010	17,001.15						
Vadeca	Serviço de limpeza Lisboa	06-05-2010	12,960.00			25-06-2010	4,538.75						
Elis - Centro Porto	Serviços de limpeza e equipamento de higiene	02-05-2003	10,271.41			05-08-2003	3,733.33						
Fonotel	Obras de Remodelação do Edifício do MSSS-Praça de Londres	30-12-2011	13,122.87			30-12-2011	13,122.87						
BPN IMOFUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.	Renda de instalações	01-05-2003	154,458.00			02-09-2003	154,458.00						
Informátus-Serviços de Informática, Lda	Assistência técnica aplic.informáticas	07-05-2001	1,264.69			29-06-2001	1,264.69						
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software - Contrato antigo	Assistência técnica aplic.informáticas	01-03-2003	57,773.10			02-05-2003	57,773.10						
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software- Contrato novo ao abrigo do CCP	Assistência técnica aplic.informáticas	23-09-2011	91,087.65			27-12-2011	24,739.91						
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software	Desenvolvimento do Sistema Aplicaçonal de Gestão de Ativos	30-12-2011	9,225.00			30-12-2011	9,225.00						
Nortecópia-Equip.Escritório, Lda	Assistência a fotocopiadoras	24-04-1999 01-08-2003	831.49			21-05-1999 09-2003	831.49						
Frelac Norte	Manutenção do sistema de ar condicionado no Porto	10-12-2004	4,028.31			21-03-2005	4,028.31						
APR-Sistemas Informáticos	Contrato de manutenção Software - GIN com extensão a mais duas entidades contabilísticas	01-01-2001	1,706.03			20-04-2006	1,706.03						
Timberlake Consultores, Lda	Licença EViews	05-05-2011	1,260.75			24-05-2011	1,260.75						
Condar - Condicionamento de Ar e Ventilação, Lda.	Manutenção preventiva de Ar Condicionado em Lisboa	01-06-2011	365.31			27-06-2011	243.54						
A transportar							678,329.03						

ENTIDADE	CONTRATO			VISTO DO T.C.		DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO	PAGAMENTOS NA GERÊNCIA			PAGAMENTOS ACUMULADOS			OBSERVAÇÕES
	OBJECTO	DATA	VALOR	NUMERO DO REGISTO	DATA		TRABALHOS NORMAIS	REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	TRABALHOS NORMAIS	REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	
1)	2)	3)	4)	5)	6)	7)	8)	9)	10)	11)	12)	13)	14)
Transporte							678,329.03						
GEP	Infra-estrutura rede Voz Lisboa	02-11-2008	113.88			21-12-2009	113.88						
Optimus	comunicações no âmbito do domínio igfcss.pt - Acesso à internet	25-08-2008	2,236.81			21-01-2010	2,236.81						
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	comunicações no âmbito do domínio igfcss.pt - Acesso à internet	01-08-2011	577.14			03-10-2011	172.73						
Comunicações, S.A Optimus/ Vodafone/ TMN	Acordo Quadro Serviços dados e móvel com prefixo 91/93 e 96	10/2010	26,426.40			05-11-2010	2,245.50						
Grenke	Seguro central telefonica	19-03-2008	965.87			07-04-2009	965.87						
Credit - EGS (veículos)	3 veículos	26-09-2000	336.49			22-06-2001	336.49						
Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	3 veículos - ANCP (Novo contrato)	16-11-2011	810.00			27-12-2011	269.27						
Construlink - Tecnologias de Informação, S.A.	Plataforma electrónica contratação Pública	01-01-2010	1,783.50			26-02-2010	1,783.50						
TOTAL							686,453.08						

2. Formas de adjudicação:

Tipo Contrato (1)	Formas de adjudicação														Total	
	Concurso público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apres.de candidaturas		Concurso limitado sem apres.de candidaturas		Por negociação com publicação prévia de anúncio		Por negociação sem publicação prévia de anúncio		Ajuste directo			
	Nºde contratos (2)	Valor (3)	Nºde contratos (4)	Valor (5)	Nºde contratos (6)	Valor (7)	Nºde contratos (8)	Valor (9)	Nºde contratos (10)	Valor (11)	Nºde contratos (12)	Valor (13)	Nºde contratos (14)	Valor (15)	Nºde contratos (16)	Valor (17)
Locação															0	0.00
Empreitada de obras públicas															0	0.00
Gestão de serviços públicos															0	0.00
Prestação de serviços													69	168,069.84	69	168,069.84
Aquisição de bens													41	11,971.06	41	11,971.06

8.3.4. - Transferências e Subsídios:

1. Transferências Correntes – Despesa:

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências autorizadas (3)	Transferências efetuadas (4)	Transferências autorizadas e não efetuadas (5)=(3-4)
Transferências para o FEFSS	304,490.08	304,490.08	304,490.08	0.00
	304,490.08	304,490.08	304,490.08	0.00

Este valor corresponde ao saldo orçamental na posse do IGFCSS, IP a 31/12/2010, foi devolvido ao FEFSS com base no disposto no nº1 do artº 48º da Lei nº 91/2001 de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei nº 52/2011, de 13 de outubro, em conjugação com o artº 4º do Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de Abril e o artº 57º do Decreto-Lei nº 29-A/2011 de 1 de março.

4. Transferências Correntes – Receita:

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Transferências do FEFSS	2,555,807.00	1,916,855.25
	2,555,807.00	1,916,855.25

Transferências destinadas ao financiamento das despesas correntes, provenientes do FEFSS de acordo com o Orçamento aprovado.

5. Transferências de Capital – Receita:

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Transferências do FEFSS	325,000.00	198,240.08
	325,000.00	198,240.08

Transferências destinadas ao financiamento das despesas de capital, provenientes do FEFSS de acordo com o Orçamento aprovado.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P., (“Instituto” – Nota 8.2), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 que evidencia um total de 251.855,44 Euros e fundos próprios de 147.161,48 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 241.901,71 Euros, as Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

Página 2 de 2

Ênfase

5. Conforme divulgado na Nota Introdutória e na Nota 8.2.2 do Anexo às demonstrações financeiras, e no seguimento da clarificação efectuada pelo Tribunal de Contas no âmbito do relatório 29/2010, o Conselho Directivo do Instituto decidiu, com efeitos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, proceder à separação dos patrimónios do Instituto e do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (“Fundo”) autonomizando desta forma o património do Fundo que, até então, se encontrava integrado no Instituto. Até este exercício o Instituto apresentou demonstrações financeiras integrando o património e operações do Fundo, tendo as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 sido por nós auditadas sendo a nossa opinião sobre as mesmas expressa no Relatório de Auditoria datado de 18 de Março de 2011. Desta forma, a informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentada para efeitos comparativos, não foi objecto de auditoria tendo o nosso exame daquela informação comparativa sido efectuado apenas com a extensão necessária para podermos expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

Porto, 3 de Maio de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo